



# Relatório e Contas Individuais

2011

Portugal Telecom, SGPS, S.A.



# Relatório e Contas Individuais

## 2011

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
INTRODUÇÃO	3
SÍNTESE DA ATIVIDADE	3
INFORMAÇÕES LEGAIS	3
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	3
EVENTOS DO EXERCÍCIO E DESENVOLVIMENTOS RECENTES	5
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS E POSIÇÕES ECONÓMICAS LONGAS	67
INFORMAÇÃO A PRESTAR NOS TERMOS DO ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	74
RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	88
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	92
RELATÓRIO DE AUDITORIA	95

## Relatório de gestão

### Introdução

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Portugal Telecom” ou “Empresa”) e as suas empresas subsidiárias, controladas conjuntamente e associadas que integram o seu universo empresarial (“Grupo Portugal Telecom” ou “Grupo”) operam essencialmente no setor das telecomunicações e multimédia, em Portugal, no Brasil e em diversos países em África e na Ásia. Em setembro de 2010, o Grupo alienou o investimento que detinha anteriormente na Vivo, tendo concluído a aquisição de investimentos na Oi e na Contax em março de 2011. O relatório de gestão relativo à atividade do Grupo faz ampla referência a todos os aspetos relativos à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Acionistas para a leitura do mesmo.

### Síntese da atividade

Para além da sua atividade de gestão de participações sociais noutras sociedades, a Empresa não desenvolveu qualquer atividade operacional direta.

### Informações legais

- Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado Português e à Segurança Social.
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativos em termos económicos por qualquer das partes envolvidas, entre a Empresa e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, com exceção daqueles mencionados na Nota 48 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011.

### Proposta de aplicação de resultados

Considerando que:

- A) O resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ascendeu a 342.259.821 euros;
- B) No dia 3 de novembro de 2010, o Conselho de Administração da Portugal Telecom aprovou uma nova política de remuneração acionista que contemplava, designadamente, o pagamento de um dividendo ordinário de 0,65 euros por ação para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 13% em relação ao compromisso inicial da empresa de 0,575 euros por ação para o mesmo período (sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas);

C) Igualmente em linha com tal política de remuneração acionista, o Conselho de Administração da Portugal Telecom deliberou, em dezembro de 2011, proceder ao adiantamento sobre lucros do exercício no montante de 192.750.187,50 euros, tendo o valor efetivamente distribuído aos Acionistas em 4 janeiro de 2012 sido fixado em 184.799.868 euros;

O Conselho de Administração propõe que:

- 1) Tendo em conta o resultado líquido do exercício no montante de 342.259.821 euros e o valor de 184.799.868 euros já pago a título de antecipação de lucros do exercício de 2011, acrescido de 232.522.984,50 euros constantes da rubrica de resultados transitados, seja pago aos Acionistas, para além do montante correspondente ao adiantamento dos lucros do exercício deliberado em dezembro de 2011, um total de 389.982.937,50 euros, correspondente a 0,435 Euros por ação, relativamente ao número total de ações emitidas;
- 2) Deste modo, e tomando em consideração o montante correspondente ao adiantamento dos lucros do exercício deliberado em dezembro de 2011 e pago em janeiro de 2012, propõe-se que o valor total a distribuir aos Acionistas seja fixado em 582.733.125 euros, correspondendo a um dividendo unitário de 0,65 euros por ação;
- 3) Tomando em consideração a proposta constante do ponto 7 da ordem de trabalhos da Assembleia Geral de Acionistas, não será possível determinar com exatidão o número de ações próprias que estarão em carteira à data do pagamento acima referido sem limitar a capacidade de intervenção da Empresa, pelo que se propõe que se observe na distribuição da verba global de 389.982.937,50 euros prevista nos parágrafos anteriores, calculada na base de um montante unitário por ação emitida (no caso, 0,435 euros por ação), o seguinte:
  - a) A cada ação emitida seja pago o montante unitário de 0,435 euros;
  - b) Não seja pago, sendo transferido para resultados transitados, o montante correspondente às ações que, no dia de pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria Empresa (calculado com base no mencionado montante unitário de 0,435 euros por ação emitida);
- 4) Considerando o direito ao pagamento acima referido inerente às ações resultantes do exercício do direito de conversão de obrigações convertíveis emitidas:
  - a) A cada ação com direito a dividendo resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja pago o referido montante unitário de 0,435 euros;
  - b) O pagamento referente a cada ação resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja efetuado mediante utilização de resultados transitados.



## Eventos do exercício e desenvolvimentos recentes

Os eventos do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e desenvolvimentos recentes encontram-se descritos no relatório consolidado da Portugal Telecom, SGPS, S.A., para o qual nos permitimos remeter os senhores Acionistas.

Lisboa, 22 de março de 2012

Henrique Granadeiro, Presidente do Conselho de Administração

Zeinal Bava, Presidente Executivo

Luís Pacheco de Melo, Administrador executivo

Alfredo José Silva de Oliveira Baptista, Administrador executivo

Carlos Alves Duarte, Administrador executivo

Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão, Administrador executivo

Manuel Rosa da Silva, Administrador executivo



Shakhaf Wine, Administrador executivo

Otávio Marques de Azevedo, Administrador não-executivo

Francisco Manuel Marques Bandeira, Administrador não-executivo

José Guilherme Xavier de Basto, Administrador não-executivo

João Manuel de Mello Franco, Administrador não-executivo

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, Administrador não-executivo

Mário João de Matos Gomes, Administrador não-executivo

Pedro Jereissati, Administrador não-executivo

Gerald Stephen McGowan, Administrador não-executivo

Rafael Luís Mora Funes, Administrador não-executivo



Maria Helena Nazaré, Administrador não-executivo

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires, Administrador não-executivo

Francisco Teixeira Pereira Soares, Administrador não-executivo

Paulo José Lopes Varela, Administrador não-executivo

Milton Almicar Silva Vargas, Administrador não-executivo

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos, Administrador não-executivo



# Demonstrações financeiras



## ÍNDICE

Balanço individual

Demonstração dos resultados individuais

Demonstração das alterações no capital próprio individual

Demonstração dos fluxos de caixa individuais

Anexo às demonstrações financeiras individuais

1. Nota introdutória
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros
6. Ativos fixos tangíveis
7. Participações financeiras – Método da equivalência patrimonial
8. Partes relacionadas
9. Outros ativos e passivos financeiros
10. Imposto sobre o rendimento
11. Estado e outros entes públicos
12. Outras contas a receber e a pagar
13. Diferimentos
14. Capital próprio
15. Provisões e passivos contingentes
16. Financiamentos obtidos
17. Fornecedores
18. Credores por acréscimos de gastos
19. Ganhos/(perdas) em empresas participadas
20. Fornecimentos e serviços externos
21. Gastos com o pessoal
22. Aumentos/(reduções) de justo valor
23. Outros rendimentos e ganhos
24. Outros gastos e perdas
25. Juros e rendimentos/gastos similares
26. Resultado líquido por ação
27. Garantias e outros compromissos financeiros
28. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

**PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.****BALANÇO**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

		euros	
	Notas	2011	2010
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	1448.664	1491.857
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	7.611.950.981	10.027.794.939
Participações financeiras - outros métodos		1.572.085	1.553.402
Saldos com empresas do Grupo	8	906.273.575	928.190.728
Outros ativos financeiros	9	500	643.242
Ativos por impostos diferidos	10	1.212.424.478	5.871.148,3
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>8.642.488.283</b>	<b>10.965.545.651</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Adiantamentos a fornecedores		86.990	90.709
Estado e outros entes públicos	11	57.005.512	5.667.463
Saldos com empresas do Grupo	8	748.499.781	789.318.955
Outras contas a receber	12	71.084.090	35.111.329
Diferimentos	13	7.197.630	2.127.133
Ativos financeiros detidos para negociação	4,(e)	60.000.000	-
Ativos não correntes detidos para venda	7	-	13.183.636
Caixa e depósitos bancários	4	467.617.335	825.831.437
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>1.411.491.338</b>	<b>1.789.986.662</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>10.053.979.621</b>	<b>12.755.532.313</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	14	26.895.375	26.895.375
Ações próprias	14	(326.382.863)	(178.071.826)
Reserva legal	14	6.773.139	6.773.139
Outras reservas	14	156.180.056	158.456.357
Ajustamentos em ativos financeiros	14	(30.932.527)	428.480.272
Resultados transitados		2.738.716.229	(43.661.880)
Dividendos antecipados	14	(184.799.868)	(875.872.500)
Resultado líquido		342.259.821	5.124.694.888
<b>Total do capital próprio</b>		<b>2.728.709.362</b>	<b>4.277.693.825</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	354.841	410.136
Financiamentos obtidos	16	1.377.456.176	2.940.777.587
Diferimentos	13	4.860.716.873	4.860.716.873
Passivos por impostos diferidos	10	14.286.361	15.143.542
Outros passivos financeiros	9	8.532.123	3.805.052
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>6.261.346.374</b>	<b>7.820.853.190</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Provisões	15	32.044.768	31.636.115
Financiamentos obtidos	16	749.748.092	553.908.306
Diferimentos		227.490	227.490
Saldos com empresas do Grupo	8	241.436.660	18.165.319
Fornecedores	17	1.115.114	1.455.763
Credores por acréscimos de gastos	18	38.605.584	50.117.899
Estado e outros entes públicos	11	89.921	147.134,4
Outras contas a pagar		656.256	3.062
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>1.063.923.885</b>	<b>656.985.298</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>7.325.270.259</b>	<b>8.477.838.488</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>10.053.979.621</b>	<b>12.755.532.313</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

		euros	
	Notas	2011	2010
Ganhos/(perdas) em empresas participadas	19	206.660.270	5.271.597.728
Fornecimentos e serviços externos	20	(5.182.328)	(11.381.155)
Gastos com o pessoal	21	(14.818.932)	(7.944.618)
Impostos indiretos		(1.375.031)	(1.701.131)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)		-	(4.063.283)
Provisões ((aumentos)/reduções)	15	(463.653)	(6.208.060)
Aumentos/(reduções) de justo valor	22	190.656	1.180.676
Outros rendimentos e ganhos	23	5.514.730	3.484.646
Outros gastos e perdas	24	(8.364.928)	(33.990.721)
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>		<b>182.160.784</b>	<b>5.210.973.900</b>
Depreciações e amortizações ((gastos)/reversões)	6	(259.939)	(271.044)
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>		<b>181.900.845</b>	<b>5.210.702.856</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	25	148.416.665	99.979.131
Juros e gastos similares suportados	25	(117.977.194)	(24.030.095)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>212.340.316</b>	<b>5.096.651.892</b>
Imposto sobre o rendimento	10	(29.919.505)	28.042.996
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>342.259.821</b>	<b>5.124.694.888</b>
Resultado líquido por ação básico	26	0,40	5,72
Resultado líquido por ação diluído	26	0,40	5,36

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2011

	euros									
	Capital realizado	Ações próprias	Reserva legal	Outras reservas	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Dividendos antecipados	Resultado líquido	Total do capital próprio	
<b>Posição em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>A</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(178.071.826)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>158.560.276</b>	<b>(179.603.228)</b>	<b>579.166.608</b>	<b>-</b>	<b>644.363.246</b>	<b>1.058.083.590</b>
<b>Alterações no exercício:</b>										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	316.556.078	-	-	-	-	316.556.078
Lucros não atribuídos	-	-	-	-	1458.649	(1458.649)	-	-	-	-
Transferência de ajustamentos de partes de capital para resultados transitados	-	-	-	-	1222.11595	(1222.11595)	-	-	-	-
Alienação de Vivo	-	-	-	-	(572.602.757)	11303.698	-	-	-	(471.299.459)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(103.919)	(359.510.065)	2.249	-	-	-	(359.611.735)
	<b>B</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(403.919)</b>	<b>608.083.500</b>	<b>(1.122.334.397)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(514.354.816)</b>
<b>Resultado líquido</b>	<b>C</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.124.694.888</b>	<b>-</b>	<b>5.124.694.888</b>
<b>Resultado integral</b>	<b>B+C</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.610.340.072</b>
<b>Operações com detentores de capital:</b>										
Aplicação dos resultados do ano anterior	-	-	-	-	-	140.736.558	-	(644.363.246)	-	(503.626.688)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	(875.872.500)	-	-	(875.872.500)
Imposto sobre o rendimento relativo a dividendos de ações próprias	-	-	-	-	-	(11.230.649)	-	-	-	(11.230.649)
	<b>D</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>129.505.909</b>	<b>(875.872.500)</b>	<b>(644.363.246)</b>	<b>-</b>	<b>(1.390.729.837)</b>
<b>Posição em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>E=A+B+C+D</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(178.071.826)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>158.456.357</b>	<b>428.480.272</b>	<b>(413.661.880)</b>	<b>(875.872.500)</b>	<b>5.124.694.888</b>	<b>4.277.693.825</b>
<b>Alterações no exercício:</b>										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	(238.054.786)	-	-	-	-	(238.054.786)
Lucros não atribuídos	-	-	-	-	1276.199	(1276.199)	-	-	-	-
Transferência de ajustamentos de partes de capital para resultados transitados	-	-	-	-	(41573.309)	41573.309	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(2.276.301)	(91060.903)	(388.862)	-	-	-	(93.736.066)
	<b>F</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.276.301)</b>	<b>(459.412.799)</b>	<b>39.898.228</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(421.790.872)</b>
<b>Resultado líquido</b>	<b>G</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>342.259.821</b>	<b>-</b>	<b>342.259.821</b>
<b>Resultado integral</b>	<b>F+G</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(79.531.051)</b>
<b>Operações com detentores de capital:</b>										
Aquisição de ações da Portugal Telecom pela Oi (Notas 1e 14.2)	-	(148.311.037)	-	-	-	-	-	-	-	(148.311.037)
Aplicação dos resultados do ano anterior	-	-	-	-	-	3.100.835.067	875.872.500	(5.124.694.888)	-	(1.117.987.321)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	(184.799.868)	-	-	(184.799.868)
Imposto sobre o rendimento relativo a dividendos de ações próprias	-	-	-	-	-	(18.355.186)	-	-	-	(18.355.186)
	<b>H</b>	<b>(148.311.037)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.112.479.881</b>	<b>691.072.632</b>	<b>(5.124.694.888)</b>	<b>-</b>	<b>(1.469.453.412)</b>
<b>Posição em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>E+F+G+H</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(326.382.863)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>156.180.056</b>	<b>(30.932.527)</b>	<b>2.738.716.229</b>	<b>(184.799.868)</b>	<b>342.259.821</b>	<b>2.728.709.362</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

**PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

		euros	
	Notas	2011	2010
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Pagamentos a fornecedores		(7.129.129)	(21547.750)
Pagamentos ao pessoal		(6.376.517)	(7.375.673)
		<b>(13.505.646)</b>	<b>(28.923.423)</b>
Recebimentos de imposto sobre o rendimento	4.(a)	126.216.058	142.975.180
Outros pagamentos líquidos		(9.876.815)	(18.607.219)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>102.833.597</b>	<b>95.444.538</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	4.(b)	2.176.771.556	666.533.418
Empréstimos concedidos	4.(c)	123.286.044	124.396.244
Juros e rendimentos similares		112.205.889	74.111.637
Dividendos	4.(d)	39.101.301	175.844.768
Ativos fixos tangíveis		16.068	44.798
Outras atividades de investimento		1.776.022	-
		<b>2.453.156.880</b>	<b>3.710.930.865</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	4.(e)	(60.000.000)	-
Investimentos financeiros	4.(f)	(114.460.039)	(60.918.963)
Empréstimos concedidos	4.(c)	-	(968.966.389)
Ativos fixos tangíveis		(18.450)	(64.947)
		<b>(174.478.489)</b>	<b>(1.029.950.299)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>2.278.678.391</b>	<b>2.680.980.566</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	4.(g)	5.006.000.000	18.121.461.846
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	4.(g)	(6.485.439.187)	(18.522.531.136)
Dividendos	4.(f)	(118.634.250)	(137.949.188)
Juros e gastos similares		(120.884.372)	(199.453.054)
Outras atividades de financiamento		-	(4.876.200)
		<b>(7.744.957.809)</b>	<b>(20.106.359.578)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(2.738.957.809)</b>	<b>(1.984.897.732)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>(357.445.821)</b>	<b>791.527.372</b>
Efeito das diferenças de câmbio		(768.281)	(287.018)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		825.831.437	34.591.078
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	4.(h)	<b>467.617.335</b>	<b>825.831.437</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



## PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

### Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Em 31 de dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

#### 1. Nota introdutória

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Portugal Telecom” ou “Empresa”) e as suas empresas subsidiárias, controladas conjuntamente e associadas (Nota 8), as quais integram o seu universo empresarial (“Grupo Portugal Telecom” ou “Grupo”), operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal, no Brasil e em diversos países em África e na Ásia. A Empresa tem como objeto social a gestão de participações sociais.

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de junho de 1995 e terminadas em 4 de dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por acionistas privados. As ações da Portugal Telecom encontram-se admitidas à cotação na Euronext e na NYSE – New York Stock Exchange.

Em 26 de julho de 2011, a Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Telecom aprovou uma alteração aos Estatutos da Empresa, eliminando os direitos especiais concedidos às 500 ações de Categoria A (normalmente denominados “golden share”).

Em setembro de 2010, o Grupo alienou a participação de 50% que detinha na Brasilcel, a *joint venture* que controlava o investimento na Vivo.

Em 27 de janeiro de 2011, a Portugal Telecom concluiu a alienação a um terceiro da participação de 28,78% detida pelo Grupo na UOL, incluindo as participações de 21,95% (Nota 7) e 6,83% detidas respetivamente pela Portugal Telecom e por outra empresa do Grupo em 31 de dezembro de 2010. A transação foi realizada pelo montante total de 356 milhões de Reais, equivalente a um preço de 10,3 Reais Brasileiros por ação.

Em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom concluiu o processo de aquisição dos investimentos na Telemar Norte Leste, S.A. (“Oi”) e na Contax, S.A. e os acordos com os acionistas controladores destas empresas, por um montante total de 8.437 milhões de Reais Brasileiros. Em resultado desta operação, a Portugal Telecom adquiriu uma participação efetiva de 25,3% na Oi e de 14,1% na Contax. Os termos destes acordos permitem à Portugal Telecom partilhar o poder de tomar decisões sobre as políticas financeiras e operacionais estratégicas das empresas adquiridas, pelo que estes investimentos são classificados como entidades controladas conjuntamente, de acordo com a norma IAS 31 Empreendimentos Conjuntos. Consequentemente, conforme permitido pela referida norma, as entidades adquiridas são consolidadas proporcionalmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

da Portugal Telecom, sendo que nestas Demonstrações Financeiras Individuais são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. O Grupo Oi é um operador líder nos serviços de telecomunicações do mercado brasileiro e o maior operador de telecomunicações fixas na América do Sul em termos de clientes ativos. A Contax é uma das empresas líderes em serviços corporativos e a empresa líder em serviços de contact center no Brasil.

A transação acima mencionada foi concluída no seguimento do acordo de intenções celebrado, em 28 de julho de 2010, entre a Portugal Telecom e a Andrade Gutierrez Participações, SA (“AG”) e a LF Tel, SA (“LF”), dois dos maiores acionistas da Telemar Participações, o qual estabelece os princípios para o desenvolvimento de uma parceria estratégica entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi. O objetivo desta parceria estratégica entre a Portugal Telecom e a Oi é o desenvolvimento de uma plataforma global de telecomunicações que venha a permitir a cooperação em diversas áreas, tendo em vista, entre outros aspetos, partilhar as melhores praticas, obter economias de escala, implementar iniciativas de investigação e desenvolvimento, desenvolver novas tecnologias, expandir internacionalmente, particularmente na América Latina e em Africa, diversificar os serviços prestados aos clientes, maximizar sinergias e reduzir custos, e oferecer constantemente serviços de qualidade aos clientes empresariais e individuais, procurando criar e acrescentar valor aos acionistas.

No âmbito da parceria estratégia entre a Portugal Telecom e a Oi, estava previsto que, entre outros objetivos, a Oi viesse a adquirir até 10% das ações em circulação da Portugal Telecom. Até 31 de dezembro de 2011, a Oi adquiriu 64.557.566 ações da Portugal Telecom, representativas de 7,2% do capital social. A participação detida indiretamente pela Portugal Telecom neste investimento foi classificada no Balanço como ações próprias e ascendia a 148 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (Nota 14.2).

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Nota 2), tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.4. A Empresa preparou e apresentou em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais são incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que detém o controlo de gestão ou que controla conjuntamente. Nestas demonstrações financeiras individuais, foi considerado, no capital próprio em 31 de dezembro de 2011 e no resultado líquido do exercício findo nessa data, o efeito da consolidação do capital próprio e do resultado líquido das empresas participadas, com base nas respetivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral ou proporcional a nível de ativos, passivos, gastos e rendimentos.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho e de acordo com a estrutura conceptual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e as Normas Interpretativas, consignadas respetivamente nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009 da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, de 27 de agosto de 2009, os quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

A Empresa adotou as NCRF pela primeira vez no ano de 2010, tendo aplicado para o efeito a “NCRF 3 Adoção pela primeira vez das NCRF” (“NCRF 3”), sendo 1 de Janeiro de 2009 a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras. Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), de modo a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos específicos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Desde 1 de janeiro de 2005, as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom são preparadas de acordo com as IFRS tal como adotadas pela União Europeia, conforme normativo aplicável às empresas cotadas em bolsas de valores da União Europeia. Por este motivo, o capital próprio em 31 de dezembro de 2011 e 2010, e o resultado líquido dos exercícios findos nestas datas que constam nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Portugal Telecom diferem dos valores apresentados nestas demonstrações financeiras individuais. A reconciliação do capital próprio em 31 de dezembro de 2011 e do resultado líquido do exercício findo nessa data, atribuíveis aos acionistas da Empresa, entre as demonstrações financeiras individuais (de acordo com as NCRF) e as consolidadas (de acordo com as IFRS) é conforme segue:

Reconciliação entre as NCRF e as IFRS	Milhões de euros	
	Resultado líquido	Capital próprio
<b>De acordo com as NCRF</b>	<b>342</b>	<b>2.729</b>
Custos incorridos diretamente relacionados com a concentração de actividades empresariais (IFRS 3)	(2)	(36)
Amortização de goodwill e licenças (IAS 36 e 38)	(7)	143
Subsídios ao Investimento (IAS 20)	-	(8)
Alienação da UOL	16	-
<b>De acordo com as IFRS</b>	<b>339</b>	<b>2.828</b>



### 3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

#### 3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação dos ativos no local e na condição necessária para operarem da forma pretendida.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis é reconhecida, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada para cada classe de bens, como segue:

Classe de ativo	Anos de vida útil
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-8
Outros ativos tangíveis	4-8

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o montante recebido e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorre o abate ou alienação.

#### 3.2. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As rendas incluem o gasto financeiro e a amortização do capital, sendo que os gastos financeiros são imputados de acordo com uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente da responsabilidade.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

### 3.3. Concentrações de atividades empresariais e *goodwill*

As aquisições de subsidiárias são registradas através do método da compra. O custo de uma aquisição é determinado como o agregado, na data da aquisição, das seguintes componentes: (a) justo valor dos ativos entregues ou a entregar; (b) justo valor das responsabilidades incorridas ou assumidas; (c) justo valor dos instrumentos de capital próprio emitidos pela Empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e (d) custos diretamente atribuíveis à aquisição. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transação, sendo alterações subsequentes em tais pagamentos registadas por contrapartida do correspondente *goodwill*.

O *goodwill* representa o excesso, na data de aquisição, do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos identificáveis e dos passivos e passivos contingentes assumidos da empresa adquirida, em conformidade com o estabelecido na “NCRF 14 Concentrações de Atividades Empresariais” (“NCRF 14”). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício. Atendendo à exceção prevista na NCRF 3, a Empresa aplica as disposições da NCRF 14 apenas a aquisições ocorridas após 1 de janeiro de 2009.

O *goodwill* decorrente da aquisição de empresas subsidiárias é incluído no balanço na rubrica “*Goodwill*”, enquanto o *goodwill* relativo à aquisição de empresas associadas é incluído na rubrica “Participações financeiras - método da equivalência patrimonial”, juntamente com os investimentos financeiros nessas entidades, fazendo parte do valor atribuído à participação financeira.

O *goodwill* não é amortizado, sendo sujeito a testes anuais de imparidade ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Para efeitos de testes de imparidade, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de caixa. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como gasto na demonstração dos resultados do período e não é suscetível de reversão posterior.

### 3.4. Investimentos financeiros

Empresas subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. Empresas associadas são as entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa, mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos dessas entidades.

Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

Os investimentos financeiros em entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, sendo que a participação da Empresa nos resultados dessas entidades é calculada com base na taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante da conversão das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras é registada no capital próprio na rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros”, sendo reconhecida em resultados no momento em que uma entidade estrangeira for alienada ou o investimento for realizado de outra forma. As taxas de câmbio, relativamente ao Euro, utilizadas na conversão das demonstrações financeiras das principais operações estrangeiras (detidas direta ou indiretamente pela Portugal Telecom) são as seguintes:

Moeda	2011		2010	
	Fecho	Médio	Fecho	Médio
Dólar Americano	1,2939	1,392	1,3362	1,3259
Real Brasileiro	2,4159	2,3265	2,2177	2,3315

Os investimentos financeiros são avaliados sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo que as perdas por imparidade que se demonstrem existir são registadas como gastos na demonstração dos resultados.

Os ganhos obtidos em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento.

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas efetuadas dentro do Grupo são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros. Caso as mais-valias tenham sido diferidas, o seu reconhecimento em resultados é registado na rubrica “Ganhos/(perdas) em empresas participadas”, na mesma proporção em que o *goodwill* ou os ativos e passivos identificados no processo de alocação do preço de compra sejam reconhecidos em resultados pela empresa adquirente.

As prestações acessórias e os empréstimos de financiamento concedidos a empresas subsidiárias e associadas são registados ao valor nominal, diminuídos por ajustamentos para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses empréstimos.

### 3.5. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

### 3.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma do imposto corrente com o imposto diferido, os quais são registados em resultados salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, situação em que são igualmente registados no capital próprio.

A Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), o qual conforme definido no artigo 69 do Código do IRC, abrange todas as empresas em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). O eventual ganho gerado ao nível do Grupo pela adoção deste regime, em resultado de prejuízos fiscais apurados pelas empresas participadas que integram o consolidado fiscal da Empresa, é registado em resultados do período na rubrica “Ganhos/(perdas) em empresas participadas” (Nota 19). As empresas participadas que não se encontram abrangidas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A estimativa de imposto sobre o rendimento é efetuada a partir da estimativa da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), com base na taxa de imposto aplicável em Portugal, acrescida da derrama municipal e/ou estadual em função do lucro fiscal apurado (Nota 10). A Empresa aplica a derrama municipal apenas ao lucro do consolidado fiscal, conforme legislação fiscal em vigor, ao contrário do que sucede com a derrama estadual, a qual é aplicada aos lucros fiscais individuais de cada uma das empresas que integram o consolidado fiscal da Portugal Telecom.

O imposto sobre o rendimento do exercício registado nas demonstrações financeiras é apurado de acordo com o preconizado pela “*NCRF 25 Impostos Sobre o Rendimento*”. Na mensuração do gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de impostos e o lucro tributável originadas no exercício ou em exercícios anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. À data do balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no

sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registrados anteriormente e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos que se encontram reconhecidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

### 3.7. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido de perdas por imparidade.

As imparidades para dívidas de cobrança duvidosa são calculadas com base na avaliação dos riscos estimados decorrentes da não cobrança das contas a receber. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

### 3.8. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data de classificação do ativo como detido para venda.

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido de despesas de venda.

### 3.9. Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pela Empresa quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, desde que seja provável a existência de um dispêndio de recursos internos para a liquidação dessa obrigação e o montante desta seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes, exceto se a probabilidade de uma saída de fundos for remota.

As provisões são reconhecidas por um montante correspondente ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são

revistas no final de cada exercício e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

### 3.10. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos, sendo subsequentemente apresentados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom foram reconhecidas inicialmente em duas componentes: (i) o valor presente da dívida, estimado com base em taxas de juro de mercado para empréstimos não convertíveis com características semelhantes, o qual foi reconhecido no passivo; e (ii) o valor de mercado da opção de conversão das obrigações em ações, o qual foi reconhecido diretamente no capital próprio. O passivo está registado pelo seu custo amortizado à data do balanço, sendo a componente do capital próprio mensurada pelo valor atribuído inicialmente.

### 3.11. Ações próprias

Os contratos de *equity swap* sobre ações próprias que incluem uma opção de exercício físico executável pela Portugal Telecom são reconhecidos como um passivo financeiro por contrapartida de uma redução do capital próprio, e registados de forma similar a uma aquisição de ações próprias, na data de celebração do contrato.

As ações da Portugal Telecom adquiridas pelas suas participadas são reconhecidas no Balanço como ações próprias pelo respetivo custo de aquisição, com base na participação efetiva da Portugal Telecom nessas entidades.

### 3.12. Classificação do Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo não corrente, pelo seu valor presente.

### 3.13. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das operações. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas

de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao Euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

Moeda	2011	2010
Dólar Americano	12939	13362
Real Brasileiro	2,459	2,2177

### 3.14. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte nas correspondentes disposições contratuais, sendo classificados nas seguintes categorias: (a) ao custo ou custo amortizado; e (b) ao justo valor, com as correspondentes alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### (a) Ativos e passivos financeiros ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características: (a) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; (b) tenham associado um retorno fixo ou determinável; e (c) não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os ativos e passivos financeiros considerados nesta categoria são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e correspondem essencialmente às seguintes rubricas do ativo e do passivo constantes do balanço da Empresa:

- Empréstimos incluídos na rubrica “Participações financeiras - método da equivalência patrimonial”
- Financiamentos obtidos
- Acionistas e empresas do Grupo
- Fornecedores
- Credores por acréscimos de gastos
- Adiantamentos a fornecedores
- Estado e outros entes públicos
- Outras contas a receber e a pagar
- Outros ativos e passivos financeiros
- Caixa e depósitos bancários

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante o termo do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

#### (b) Ativos e passivos financeiros ao justo valor

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor”. Estes ativos e passivos financeiros correspondem essencialmente a instrumentos financeiros derivados de taxa de câmbio e taxa de juro.

As variações no justo valor destes derivados são reconhecidas no capital próprio ou em resultados, em função, respetivamente, desses derivados cumprirem ou não os critérios de cobertura contabilística. As variações no justo valor reconhecidas em resultados são registadas na rubrica “Aumentos/(reduções) de justo valor” (Nota 22).

#### (c) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade no final de cada exercício. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados serão afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

Subsequentemente, se ocorre uma diminuição da perda por imparidade em resultado de um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento inicial da perda, a imparidade deve ser revertida por resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (a custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e respetivas reversões são registadas em resultados essencialmente na rubrica “Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)”.

#### (d) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando expiram os seus direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desses ativos, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação é liquidada, cancelada ou expira.



### 3.15. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados como prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras estão relacionadas com a análise de imparidade dos instrumentos financeiros e do cálculo do justo valor de instrumentos financeiros.

A Empresa testa anualmente a imparidade dos investimentos financeiros, sempre que estes apresentem indícios de imparidade, nomeadamente declínio acentuado da atividade económica da empresa participada. Para efeito desta análise são determinados os valores recuperáveis dos investimentos financeiros. Os valores recuperáveis foram determinados com base na metodologia do valor de uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada uma das empresas participadas, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxos de caixa esperados e a estimativa de uma taxa de desconto apropriada para cada unidade geradora de caixa.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto pela “NCRF 4 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros” (“NCRF 4”), alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

### 3.16. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço e proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço não são refletidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados se forem considerados materialmente relevantes.

#### 4. Fluxos de Caixa

A rubrica “Caixa e seus equivalentes” da demonstração dos fluxos de caixa inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

A Empresa está sujeita a um risco de liquidez se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa provenientes de operações de desinvestimento e financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa relacionadas com as atividades operacionais, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas suas atividades de investimento, principalmente através de dividendos e juros recebidos das suas empresas participadas, nas disponibilidades de caixa e equivalentes e no valor não utilizado de linhas de crédito disponíveis, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

Considerando o sistema de tesouraria centralizada implementado pelo Grupo em 2006 para as suas operações em Portugal, ao abrigo do qual as empresas incluídas neste sistema podem financiar as suas necessidades de tesouraria junto da Portugal Telecom, a Empresa faz uma gestão do risco de liquidez ao nível das operações em Portugal. Como forma de mitigar este risco, a Portugal Telecom procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que permitam o reembolso dos financiamentos obtidos de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as obrigações contratuais, tal como mencionado acima. Em 31 de dezembro de 2011, o valor de disponibilidades de caixa das operações do Grupo em Portugal e o valor não utilizado de papel comercial tomado firme (caixa disponível mediante um aviso de dois ou três dias) e linhas de crédito ascendiam a 5.095 milhões de euros, enquanto a maturidade média da dívida bruta das operações do Grupo em Portugal era de aproximadamente 3,5 anos.

A estrutura de capital da Portugal Telecom é gerida de forma a assegurar a capacidade de prossecução das atividades dos diversos negócios e a maximização do retorno dos acionistas. A estrutura de capital da Empresa inclui dívida, caixa e equivalentes de caixa e o capital próprio, o qual por sua vez inclui o capital social emitido, reservas, ajustamentos em ativos financeiros, resultados transitados, resultado líquido e, quando aplicável, dividendos antecipados. A Portugal Telecom revê periodicamente a sua estrutura de capital considerando os riscos associados a cada uma das supra referidas classes de capital.

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada de acordo com a “NCRF 2 Demonstração de Fluxos de Caixa”, havendo os aspetos a seguir descritos a salientar.

#### (a) Recebimentos de imposto sobre o rendimento

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
Recebimentos de empresas participadas no âmbito do RETGS (a)	153.696.404	125.779.793
Pagamentos por conta realizados pela Empresa	(17.108.412)	(47.535.649)
Reembolsos de IRC relativos ao exercício anterior	12.021.917	65.805.262
Imposto suportado no Brasil no âmbito da alienação da UOL (Nota 10.3)	(7.114.332)	-
Outros (b)	(5.279.519)	(1074.226)
	<b>126.216.058</b>	<b>142.975.180</b>

- (a) Em 2011 e 2010, esta rubrica inclui recebimentos de empresas participadas relativos (1) a pagamentos por conta do imposto a liquidar no ano seguinte, nos montantes de 127.749.302 euros e 115.729.188 euros (Nota 8), respetivamente, e (2) à liquidação da quarta e última prestação do imposto do ano anterior, nos montantes de 25.947.102 euros e 10.050.605 euros, respetivamente.
- (b) Em 2011, esta rubrica inclui essencialmente (1) 8,9 milhões de euros relativos a imposto retido na fonte sobre rendimentos de capitais, relacionados fundamentalmente com juros sobre aplicações financeiras, (2) 4,0 milhões de euros relativos a imposto retido na fonte sobre rendimentos de *equity swaps* sobre ações próprias, e (3) 2,1 milhões de euros relativos a uma liquidação adicional de imposto de exercícios anteriores.

#### (b) Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
Reembolso de prestações acessórias (Nota 7):		
PT Portugal	1.992.950.000	635.000.000
PT Investimentos Internacionais ("PT II")	9.100.000	-
PT Participações	-	6.674.110
PT Compras	-	2.620.000
	<b>2.002.050.000</b>	<b>644.294.110</b>
Alienação de participações financeiras:		
UOL (Nota 7) (a)	119.327.361	-
Bratel Brasil (Nota 7)	36.644.195	-
Brasilcel (Nota 19)	-	150.000
	<b>155.971.556</b>	<b>150.000</b>
Reduções de capital (Nota 7):		
Africatel Holdings B.V. ("Africatel")	18.750.000	22.089.308
	<b>18.750.000</b>	<b>22.089.308</b>
	<b>2.176.771.556</b>	<b>666.533.418</b>

- (a) Esta rubrica respeita ao montante obtido pela alienação do investimento na UOL, o qual estava classificado como ativo não corrente detido para venda em 31 de dezembro de 2010 (Nota 7.e).

### (c) Recebimentos (pagamentos) provenientes de empréstimos concedidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os recebimentos provenientes de empréstimos concedidos, líquidos dos pagamentos respeitantes a empréstimos concedidos, ascenderam a 123.286.044 euros e 245.429.855 euros, respetivamente, conforme detalhe abaixo:

	euros	
	2011	2010
Reembolso de suprimentos:		
Africatel (Nota 8)	27.600.000	-
Yunit (Nota 7)	2.228.328	
Sportinveste Multimédia SGPS, S.A. ("Sportinveste") (Nota 7)	1000.000	1700.000
INESC (Nota 7)	101595	85.965
PT Comunicações	-	744.000.000
	<b>30.929.923</b>	<b>745.785.965</b>
Concessão de suprimentos (Nota 8):		
PT Portugal	-	(572.200.000)
Telecomunicações Móveis de Moçambique ("TMM")	-	(12.116)
	-	<b>(572.212.116)</b>
Financiamentos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada:		
TMN	52.799.489	321371860
PT Inovação	17.339.930	(23.766.128)
PT Sales	11749.662	(5.502.399)
PT Contact	3.897.522	(8.570.230)
PT Centro Corporativo	3.301.499	(4.697.824)
PT Sistemas de Informação ("PT SI")	2.489.876	(2.678.784)
PT Compras	333.190	(508.469)
PT Pro, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A. ("PT Pro")	161239	-
PT Portugal	-	146.350.630
PT Comunicações	-	(337.114.865)
PT Prime	-	(13.410.666)
Outras empresas	283.714	382.881
	<b>92.356.121</b>	<b>71.856.006</b>
	<b>123.286.044</b>	<b>245.429.855</b>

### (d) Recebimento de dividendos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
PT Participações (Nota 7)	25.000.000	-
Portugal Telecom Internacional Finance BV ("PT Finance") (Nota 7)	12.160.033	2.254.047
PT Centro Corporativo (Nota 7)	1798.593	2.014.150
Vortal (Nota 25)	142.675	97.642
PT Portugal (Nota 7)	-	1751350.311
UOL (Nota 7)	-	128.618
	<b>39.101.301</b>	<b>1.755.844.768</b>

### (e) Pagamentos respeitantes a aplicações financeiras a curto prazo

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram subscritas aplicações financeiras de curto prazo no montante de 60.000.000 euros, com data de vencimento em 16 de abril de 2012 e um cupão de 6,5%.

### (f) Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
Aumentos de capital (Nota 7):		
PT Brasil	75.534.487	60.854.909
Bratel Brasil	36.678.542	-
	<b>112.213.029</b>	<b>60.854.909</b>
Outras operações:		
Prestações acessórias concedidas à Yunit (Nota 7)	2.228.328	-
Adiantamento por conta de um aumento de capital na Apor	13.940	-
Constituição da Vortal SGPS	4.742	-
Adiantamento por conta de um aumento de capital na PT Ásia (Nota 7)	-	60.000
Constituição da TMM (Nota 7)	-	4.054
	<b>2.247.010</b>	<b>64.054</b>
	<b>114.460.039</b>	<b>60.918.963</b>

### (g) Recebimentos (pagamentos) relativos a financiamentos obtidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os reembolsos de financiamentos obtidos, líquidos dos recebimentos provenientes de financiamentos obtidos, ascenderam a 1.479.439.187 euros e 401.069.290 euros, respetivamente, conforme detalhe abaixo:

	euros	
	2011	2010
Empréstimos externos contraídos (reembolsados), líquidos :		
Papel comercial de curto prazo	(1327.050.000)	(445.650.000)
Empréstimos bancários	26.484.965	89.948.449
	<b>(1.300.565.035)</b>	<b>(355.701.551)</b>
Financiamentos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada:		
PT Portugal	(86.532.551)	-
PT Comunicações	(4.761.996)	-
PT II	(2.497.403)	-
PT Imobiliária	(358.156)	(947.788)
PT Ventures	(94.981)	-
PT Móveis	-	(41226.418)
PT Pro	-	(1502.388)
PT Prime	-	(993.688)
Outras empresas	(11422)	(397.025)
	<b>(94.256.509)</b>	<b>(45.067.307)</b>
Reembolso parcial do passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias (Nota 16.5)	(84.304.307)	-
Contratos de locação financeira e outros financiamentos	(313.336)	(300.432)
	<b>(1.479.439.187)</b>	<b>(401.069.290)</b>

## (h) Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
Numerário	2.000	2.000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	467.615.335	825.829.437
	<b>467.617.335</b>	<b>825.831.437</b>

## 5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

## 6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

	euros				
	2011				
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Valores brutos</b>					
Saldo inicial	111.715	1.244.377	903.600	1.046.328	3.306.020
Aquisições	-	218.299	-	18.450	236.749
Alienações	-	(160.016)	-	-	(160.016)
<b>Saldo final</b>	<b>111.715</b>	<b>1.302.660</b>	<b>903.600</b>	<b>1.064.778</b>	<b>3.382.753</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Saldo inicial	111.715	726.203	884.791	91.454	1.814.163
Depreciações	-	238.876	4.955	16.108	259.939
Alienações	-	(140.013)	-	-	(140.013)
<b>Saldo final</b>	<b>111.715</b>	<b>825.066</b>	<b>889.746</b>	<b>107.562</b>	<b>1.934.089</b>
<b>Valores líquidos</b>	<b>-</b>	<b>477.594</b>	<b>13.854</b>	<b>957.216</b>	<b>1.448.664</b>

	euros				
	2010				
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Valores brutos</b>					
Saldo inicial	111.715	1.427.126	903.600	1.046.328	3.488.769
Aquisições	-	312.396	-	-	312.396
Alienações	-	(494.920)	-	-	(494.920)
Transferências e abates	-	(225)	-	-	(225)
<b>Saldo final</b>	<b>111.715</b>	<b>1.244.377</b>	<b>903.600</b>	<b>1.046.328</b>	<b>3.306.020</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Saldo inicial	111.715	909.266	875.843	70.574	1.967.398
Depreciações	-	241.216	8.948	20.880	271.044
Alienações	-	(424.054)	-	-	(424.054)
Transferências e abates	-	(225)	-	-	(225)
<b>Saldo final</b>	<b>111.715</b>	<b>726.203</b>	<b>884.791</b>	<b>91.454</b>	<b>1.814.163</b>
<b>Valores líquidos</b>	<b>-</b>	<b>518.174</b>	<b>18.809</b>	<b>954.874</b>	<b>1.491.857</b>

## 7. Participações financeiras – Método da equivalência patrimonial

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

							euros
							2011
	Partes de capital em empresas subsidiárias	Prestações acessórias em empresas subsidiárias	Partes de capital em empresas associadas	Goodwill em empresas associadas	Prestações acessórias e empréstimos em empresas associadas	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	Total
<b>Valores brutos</b>							
Saldo inicial	2.594.005.201	7.358.387.500	(8.162.984)	61.419.919	36.637.234	92.000	10.032.378.870
Aumentos	12.213.029	-	-	-	2.228.328	-	14.441.357
Reduções	(55.388.568)	(2.002.050.000)	-	-	(110.1596)	-	(2.058.540.164)
Equivalência patrimonial	(302.717.114)	-	1.619.34	-	-	-	(301.555.180)
Distribuição de dividendos	(38.958.626)	-	-	-	-	-	(38.958.626)
Outros movimentos	(117.1345)	-	-	-	-	(60.000)	(112.1345)
<b>Saldo final</b>	<b>2.177.982.577</b>	<b>5.356.337.500</b>	<b>(17.001.050)</b>	<b>61.419.919</b>	<b>37.763.966</b>	<b>32.000</b>	<b>7.616.534.912</b>
<b>Perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial	-	-	1.995.191	-	2.588.740	-	4.583.931
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.995.191</b>	<b>-</b>	<b>2.588.740</b>	<b>-</b>	<b>4.583.931</b>
<b>Valores líquidos</b>	<b>2.177.982.577</b>	<b>5.356.337.500</b>	<b>(18.996.241)</b>	<b>61.419.919</b>	<b>35.175.226</b>	<b>32.000</b>	<b>7.611.950.981</b>

							euros
							2010
	Partes de capital em empresas subsidiárias	Prestações acessórias em empresas subsidiárias	Partes de capital em empresas associadas	Goodwill em empresas associadas	Prestações acessórias e empréstimos em empresas associadas	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	Total
<b>Valores brutos</b>							
Saldo inicial	1.623.606.017	8.002.681.610	60.965.284	98.569.274	38.423.199	32.000	9.824.277.384
Aumentos	60.858.963	-	-	-	-	60.000	60.918.963
Reduções	(22.102.331)	(644.294.110)	-	-	(1785.965)	-	(668.182.406)
Equivalência patrimonial	2.687.270.878	-	2.956.455	-	-	-	2.700.227.333
Distribuição de dividendos	(1.755.615.507)	-	(128.619)	-	-	-	(1.755.744.126)
Outros movimentos	(9.819)	-	2.178	4.918.111	-	-	4.920.540
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	(91.968.282)	(42.067.536)	-	-	(134.035.818)
<b>Saldo final</b>	<b>2.594.005.201</b>	<b>7.358.387.500</b>	<b>(18.162.984)</b>	<b>61.419.919</b>	<b>36.637.234</b>	<b>92.000</b>	<b>10.032.378.870</b>
<b>Perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial	-	-	1.995.191	-	2.588.740	-	4.583.931
Aumentos	-	-	-	2.196.182	-	-	2.196.182
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	(2.196.182)	-	-	(2.196.182)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.995.191</b>	<b>-</b>	<b>2.588.740</b>	<b>-</b>	<b>4.583.931</b>
<b>Valores líquidos</b>	<b>2.594.005.201</b>	<b>7.358.387.500</b>	<b>(20.158.175)</b>	<b>61.419.919</b>	<b>34.048.494</b>	<b>92.000</b>	<b>10.027.794.939</b>

### a) Aumentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os aumentos nas participações financeiras registadas pelo método de equivalência patrimonial, incluindo o *goodwill* e os empréstimos concedidos a empresas associadas, foram como segue (Nota 4):

			euros
			2011
			2010
Aumentos de capital na PT Brasil			75.534.487
Aumento de capital na Bratel Brasil (a)			36.678.542
Prestações acessórias concedidas à Yunit			2.228.328
Adiantamento por conta de um aumento de capital na PT Ásia			-
Constituição da TMM			-
			114.441.357
			60.918.963

- (a) Em 27 de janeiro de 2011, a Empresa subscreveu 83.964.486 ações ordinárias da Bratel Brasil pelo montante de 83.964.518 Reais Brasileiros, tendo os restantes acionistas desta participada abdicado do seu direito de preferência neste aumento de capital. Em resultado desta operação, a Portugal Telecom ficou com uma participação direta de aproximadamente 1,01% no capital da Bratel Brasil. Esta participada foi a empresa utilizada pelo Grupo para concretizar o investimento na Oi, sendo indiretamente controlada a 100% pela Portugal Telecom.

## b) Reduções

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as reduções nas participações financeiras registadas pelo método de equivalência patrimonial foram como segue:

	euros	
	2011	2010
Reembolso de prestações acessórias (Nota 4):		
PT Portugal	1992.950.000	635.000.000
PT II	9.100.000	-
PT Participações	-	6.674.110
PT Compras	-	2.620.000
	<b>2.002.050.000</b>	<b>644.294.110</b>
Reduções em partes de capital em empresas subsidiárias:		
Alienação da Bratel Brasil (a)	36.638.569	-
Redução de capital na Africatel (Nota 4)	18.750.000	22.089.308
Alienação da PT Prime Tradecom	-	13.023
	<b>55.388.569</b>	<b>22.102.331</b>
Reembolso de suprimentos (Nota 4):		
Sportinveste	1000.000	1700.000
INESC	101595	85.965
	<b>1.101.595</b>	<b>1.785.965</b>
	<b>2.058.540.164</b>	<b>668.182.406</b>

- (a) Em 9 de setembro de 2011, a Empresa alienou a participação de 1,01% que detinha nesta participada na sequência do aumento de capital subscrito em janeiro de 2011, conforme mencionado acima. A Portugal Telecom alienou esta participação à Bratel BV, entidade controlada indiretamente a 100% pela Empresa, pelo montante total 36.644.195 euros (Nota 4), tendo apurado uma mais-valia de 5.626 euros (Nota 19).

## c) Equivalência patrimonial

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos em partes de capital em empresas subsidiárias e associadas decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial foram registados da seguinte forma:

	euros	
	2011	2010
Ganhos em empresas participadas (Nota 19)	90.759.112	3.219.380.548
Ajustamentos em activos financeiros (Nota 14)	(392.314.292)	(59.532.15)
	<b>(301.555.180)</b>	<b>2.700.227.333</b>

## d) Distribuição de dividendos

Os dividendos atribuídos por empresas subsidiárias e associadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 têm a seguinte composição (Nota 4):

	euros	
	2011	2010
PT Participações	25.000.000	-
PT Finance BV	12.160.033	2.254.047
PT Centro Corporativo	1.798.593	2.014.150
PT Portugal (a)	-	175.135.031
UOL	-	128.618
	<b>38.958.626</b>	<b>1.755.747.126</b>



- (a) Em 2010, esta rubrica inclui dividendos no montante de 471.350.311 euros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e um adiantamento por conta de lucros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 no montante de 1.280.000.000 euros.

#### e) Outros movimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os outros movimentos ocorridos em partes de capital em empresas subsidiárias, no valor total de 131.171.345 euros, incluem os seguintes efeitos líquidos:

- Um montante de 148.311.037 euros correspondente à participação da Empresa no investimento efetuado pela Oi na aquisição de 64.557.566 ações da Portugal Telecom, participação essa que foi deduzida ao investimento financeiro na Oi, o qual está refletido no Balanço individual da Empresa indiretamente através da participação na PT Portugal, e reconhecida como ações próprias (Nota 14.2);
- Um montante de 20.646.929 euros (Nota 14.6), correspondente à parcela dos dividendos pagos pela Portugal Telecom relativa às ações detidas pela Oi classificadas como ações próprias no Balanço da Empresa, uma vez que o pagamento desses dividendos originou uma redução na rubrica “Caixa e depósitos bancários” da Portugal Telecom por contrapartida de um aumento no investimento financeiro na Oi decorrente dos dividendos recebidos por esta entidade;
- Um montante de 3.512.719 euros (Nota 14.6) correspondente à parcela dos dividendos atribuídos pela Portugal Telecom em dezembro de 2011 relativa às ações detidas pela Oi; e
- Um montante de 7.019.956 euros relativo ao imposto sobre o rendimento pago pela Oi sobre os dividendos recebidos da Portugal Telecom, o qual foi reconhecido diretamente no capital próprio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os outros movimentos em partes de capital em empresas subsidiárias e associadas resultam da alienação de 35,65% da participação na PT Prime Tradecom, na sequência da qual a Portugal Telecom passou a deter apenas 33,33% desta empresa e, conseqüentemente, a mesma passou a ser classificada como uma empresa associada. Os outros movimentos ocorridos em 2010 no *goodwill* relativo a empresas associadas, no montante de 4.918.181 euros (Nota 14.5), correspondem ao impacto da atualização cambial do *goodwill* apurado na aquisição da participação na UOL, a qual foi alienada em janeiro de 2011, conforme referido atrás.

#### f) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda em 31 de dezembro de 2010, no montante líquido de 131.839.636 euros, dizem respeito ao montante total do investimento na UOL e foram reclassificados para uma rubrica autónoma do ativo corrente, na sequência de uma oferta recebida em dezembro de 2010 para a alienação da participação de 28,78% detida pelo Grupo

na UOL, pelo montante total de 356 milhões de reais. Consequentemente, o valor contabilístico deste investimento foi ajustado para o seu valor recuperável em 31 de dezembro de 2010, correspondente ao respetivo valor de venda, e foi classificado como um ativo não corrente detido para venda.

A alienação da participação de 28,78% no capital da UOL, incluindo as participações de 21,95% e 6,83% detidas em 31 de dezembro de 2010 pela Portugal Telecom e pela PT Brasil, respetivamente, foi concluída em janeiro de 2011. Em resultado destas operações:

- O Grupo recebeu um montante total de 155.549.986 euros, tendo a Portugal Telecom recebido 119.327.361 euros (Nota 4);
- A Portugal Telecom reconheceu um ganho total de 11.892.743 euros (Nota 19), o qual inclui um ganho de 21.384.507 euros (Nota 14.5) correspondente aos ajustamentos de conversão cambial acumulados relativos a este investimento, os quais foram transferidos da rubrica “Ajustamentos de conversão cambial” para o resultado líquido na data em que o Grupo concluiu esta alienação (27 de janeiro de 2011).

#### g) Goodwill

O *goodwill* em 31 de dezembro de 2011 e 2010, no montante de 61.419.919 euros, foi apurado inicialmente em 2002 na sequência da aquisição do investimento na empresa associada Páginas Amarelas.

## 8. Partes relacionadas

### 8.1. Acionistas e empresas do Grupo

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe das rubricas “Acionistas e empresas do Grupo” do ativo corrente e não corrente e do passivo corrente é como segue:

	euros	
	2011	2010
<b>SALDOS DEVEDORES</b>		
<b>Não corrente</b>		
Financiamentos concedidos (a)	906.273.575	928.190.728
<b>Total não corrente</b>	<b>906.273.575</b>	<b>928.190.728</b>
<b>Corrente</b>		
Financiamentos concedidos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada (b)	720.800.192	709.733.815
Contas a receber no âmbito do RETGS (c)	16.546.759	42.194.843
Outros	11.152.830	37.390.297
<b>Total corrente</b>	<b>748.499.781</b>	<b>789.318.955</b>
<b>Total</b>	<b>1.654.773.356</b>	<b>1.717.509.683</b>
<b>SALDOS CREDORES</b>		
<b>Corrente</b>		
Contas a pagar no âmbito do RETGS (c)	50.211.430	2.940.076
Dividendos atribuídos (d)	189.123.747	756.268
Outras operações com empresas do Grupo	2.101.483	14.468.975
<b>Total dos saldos credores de acionistas e empresas do Grupo</b>	<b>241.436.660</b>	<b>18.165.319</b>

- (a) Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os financiamentos concedidos a médio e longo prazo têm a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
PT Portugal (Nota 4)	572.200.000	572.200.000
Africatel (i)	334.061.209	353.750.426
TMM (ii)	12.366	11.974
Yunit	-	2.228.328
	<b>906.273.575</b>	<b>928.190.728</b>

- (i) A moeda de origem deste financiamento concedido à Africatel é o Dólar Americano. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a variação ocorrida no saldo em dívida inclui um reembolso no montante de 27.600.000 euros (Nota 4) e o efeito da atualização cambial deste financiamento, correspondente a um ganho de 7.910.783 euros (Nota 25). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não ocorreu qualquer reembolso deste financiamento, tendo a atualização cambial ascendido a um ganho de 24.080.096 euros (Nota 25).
- (ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa concedeu um financiamento a esta participada no montante de 16.000 Dólares Americanos, equivalente a 12.116 euros (Nota 4) na data da operação.
- (b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os financiamentos concedidos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada, com vista a suprir necessidades de curto prazo, têm a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
PT Comunicações	590.122.803	571.950.141
PT Portugal	93.310.445	7.577.894
PT Contact	18.512.710	22.410.232
PT Inovação	7.155.320	24.495.250
PT Centro Corporativo	5.763.119	9.064.617
PT II	2.551.425	-
PT Sales	14.116.591	13.166.254
PT SI	188.908	2.678.784
PT Compras	175.279	508.469
PT Participações	85.537	304.450
PT Móveis	78.359	-
PT PRO	63.525	-
TMN	-	43.577.541
PT Prime	-	13.410.666
Outras	1.376.171	589.517
	<b>720.800.192</b>	<b>709.733.815</b>

- (c) O saldo líquido destas rubricas a 31 de dezembro de 2011 e 2010 inclui essencialmente: (1) a coleta de IRC apurada pelas empresas participadas incluídas no RETGS, nos montantes de 112.105.540 euros e 156.507.985 euros, respetivamente; (2) pagamentos por conta efetuados por estas empresas, nos montantes totais de 127.749.302 euros e 115.729.188 euros (Nota 4), respetivamente; (3) imposto a pagar às participadas relativo a retenções na fonte e créditos de imposto, nos montantes de 12.532.333 euros e 1.524.030 euros, respetivamente; e (4) um montante de 5.488.576 euros a pagar às participadas em 31 de dezembro de 2011 relativo ao benefício fiscal do exercício de 2010 associado ao programa de investimento SIFIDE.
- (d) Esta rubrica inclui essencialmente um montante de 188.312.588 euros (Nota 14.6) relativo aos dividendos atribuídos pela Portugal Telecom aos seus acionistas, conforme aprovado pelo Conselho de Administração no dia 15 de dezembro de 2011. Este montante foi pago aos acionistas no dia 4 de janeiro de 2012.

## 8.2. Participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas

Conforme mencionado na Nota 1, a Portugal Telecom é a empresa-mãe do Grupo. Consequentemente, todas as empresas que fazem parte do Grupo foram consideradas como partes relacionadas da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe das participações financeiras em entidades subsidiárias e associadas da Empresa é como segue (Notas 7, 15 e 19):

Denominação	2011					2010				
	% detida	Investimento financeiro	Prestações acessórias	Proporção no resultado líquido	% detida	Investimento financeiro	Prestações acessórias	Provisão para investimentos financeiros	Proporção no resultado líquido	
<b>SUBSIDIÁRIAS:</b>										
PT Portugal	100,00%	120.296.314	5.306.050.000	(61466.362)	100,00%	1691887.990	7.299.000.000	-	3.072.275.871	
PT Brasil	99,99%	231944.793	-	14.484.623	99,99%	65.277.905	-	-	631938	
PT Ásia (a)	-	-	-	-	99,84%	-	-	(55.295)	-	
Portugal Telecom Europa (b)	98,67%	169.373	-	-	98,67%	169.373	-	-	-	
PT Participações	100,00%	48.589.561	-	23.701.064	100,00%	50.115.307	-	-	20.831.157	
Africatel (c)	75,00%	530.963.906	1.687.500	84.713.457	75,00%	464.382.930	1.687.500	-	10.1595.323	
PT Imobiliária	100,00%	12.191.413	-	(410.840)	100,00%	12.602.254	-	-	(145.397)	
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	82,05%	2.271.718	-	(369.998)	82,05%	2.641.507	-	-	(829.754)	
PT Finance	100,00%	275.550.300	-	217.744.620	100,00%	265.935.713	-	-	15.205.381	
PT Compras	100,00%	(34.326.055)	35.500.000	993.060	100,00%	(35.319.115)	35.500.000	-	(45.342)	
PT II	100,00%	(11.440.979)	13.100.000	4.139.362	100,00%	(15.580.341)	22.200.000	-	6.123.755	
PT Centro Corporativo	100,00%	1.768.178	-	1679.147	100,00%	1.887.624	-	-	1.798.594	
Bratel Brasil (d)	-	-	-	669.437	-	-	-	-	-	
TMM (b)	100,00%	4.055	-	-	100,00%	4.054	-	-	-	
		<b>2.177.982.577</b>	<b>5.356.337.500</b>	<b>89.907.570</b>		<b>2.594.005.201</b>	<b>7.358.387.500</b>	<b>(55.295)</b>	<b>3.216.171.526</b>	
<b>ASSOCIADAS:</b>										
Páginas Amarelas	24,88%	6.321.405	-	943.301	24,88%	5.378.105	-	-	846.336	
SGPICE (e)	-	-	-	-	22,22%	-	-	-	1055.024	
UOL (f)	-	-	-	-	21,95%	-	-	-	10.431.091	
Sportinveste (g)	50,00%	(25.668.975)	30.023.168	(108.645)	50,00%	(25.560.330)	30.023.168	-	(8.115.81)	
INESC (h)	26,36%	1.995.192	-	-	26,36%	1.995.192	-	-	-	
Yunit	33,33%	351.131	2.228.328	16.886	33,33%	24.039	-	-	113.176	
Multicert (b)	-	10	-	-	-	10	-	-	-	
		<b>(17.001.050)</b>	<b>32.251.496</b>	<b>851.542</b>		<b>(18.162.984)</b>	<b>30.023.168</b>	<b>-</b>	<b>4.264.046</b>	
		<b>2.160.981.527</b>	<b>5.388.588.996</b>	<b>90.759.112</b>		<b>2.575.842.217</b>	<b>7.388.410.668</b>	<b>(55.295)</b>	<b>3.220.435.572</b>	

- (a) Esta empresa foi liquidada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
- (b) Estas empresas encontram-se sem atividade.
- (c) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 2.250.000 euros, das quais 1.687.500 euros foram concedidas pela Portugal Telecom.
- (d) Conforme explicado na Nota 7, a Empresa adquiriu uma participação de 1,01% nesta participada em 27 de janeiro de 2011, mediante subscrição de um aumento de capital, tendo alienado esta mesma participação a uma empresa do Grupo em 9 de setembro de 2011.
- (e) A participação nesta empresa foi alienada em 2010.
- (f) Conforme mencionado na Nota 7, o investimento na UOL foi classificado em 31 de dezembro de 2010 na rubrica "Ativos não correntes detidos para venda", tendo sido alienado em janeiro de 2011.
- (g) Os capitais próprios desta empresa incluem prestações acessórias no montante de 46.165.181 euros, das quais 30.023.168 euros foram concedidas pela Portugal Telecom.
- (h) Este investimento encontra-se integralmente ajustado.

A principal informação financeira respeitante às entidades acima mencionadas, com exceção daquelas que se encontram sem atividade ou cujas participações estão integralmente ajustadas, é como segue:

		2011								2010	
Denominação	Sede	Ativo	Passivo	Serviços prestados e vendas	Resultado líquido	Capital próprio	Ativo	Passivo	Serviços prestados e vendas	Resultado líquido	Capital próprio
<b>SUBSIDIÁRIAS:</b>											
PT Portugal	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	11923.612.320	5.497.266.006	-	(6.146.362)	6.426.346.314	11564.076.966	2.573.188.976	-	3.072.275.871	8.990.887.990
PT Brasil	R. Sampaio Viana, 277-5ª Paraiso - S. Paulo, Brasil	259.544.085	27.576.095	-	14.486.072	231.967.990	195.669.112	40.375.678	-	632.001	155.293.434
PT Participações	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	237.866.340	189.276.779	-	23.701.064	48.589.561	236.530.489	186.415.182	-	20.831.157	50.115.307
Africatel	Naritweg 165, Telestone 8, 1043 BW Amsterdão, Holanda	1072.352.683	362.150.808	490.593	12.951.275	710.201.875	1013.928.290	392.501.049	429.182	135.460.430	621.427.241
PT Imobiliária	R. Tenente Espanca, nº 35 - Lisboa	13.251.451	1.060.038	497.812	(410.840)	12.191.413	13.731.500	1.129.247	-	(1415.397)	12.602.253
Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	3.810.297	1.041.564	250.000	(450.948)	2.768.733	4.850.517	163.1091	1.990.814	(1.011.291)	3.219.426
PT Finance	Strawinskyaan 3105, 7ª floor - Amsterdão, Holanda	7.168.875.729	6.893.325.429	-	21.774.620	275.550.300	5.845.035.220	5.579.099.507	-	15.205.381	265.935.713
PT Compras	R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	3.928.576	2.754.631	174.877	993.060	1.173.945	2.990.495	2.809.610	-	(45.342)	180.885
PT II	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	10.073.237	8.414.216	12.348.326	4.199.362	1.659.021	13.173.092	6.553.433	12.348.326	6.123.755	6.618.659
PT Centro Corporativo	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 - Lisboa	31.857.143	30.088.965	62.363.365	1679.147	1.768.178	32.673.187	30.785.563	62.363.365	1.998.594	1.887.624
<b>ASSOCIADAS:</b>											
Páginas Amarelas	Av. República, 50, 6ª - Lisboa	58.026.016	32.613.333	36.573.773	3.792.163	25.412.683	71.893.983	50.273.461	48.762.622	3.402.355	21.620.522
SGPICE	Rua Moutinho da Silveira, 32, 7ª - Lisboa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UOL	São Paulo - Brasil	-	-	-	-	-	575.136.817	156.143.886	248.604.332	47.522.625	418.992.931
Sportinveste Multimédia,SGPS,SA	Lq. Lagoa, nº 5 A Linda-a-Velha	36.166.719	25.385.022	-	(217.290)	10.781.697	41.152.940	30.153.952	-	(408.694)	10.998.988
Yunit	Rua de Entrecampos nº 28, Lisboa	19.299.787	16.017.399	12.377.146	50.662	3.282.388	5.806.615	5.734.490	1.364.524	182.458	72.125

### 8.3. Saldos e transações com partes relacionadas

Além dos saldos devedores e credores incluídos nas rubricas “Acionistas e empresas do Grupo”, conforme discriminado acima, a Empresa tem outras contas a receber e a pagar a empresas do Grupo classificadas em outras rubricas do ativo e do passivo. A natureza e o detalhe dos principais saldos com empresas do Grupo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são conforme segue:

		2011							2010	
	Empréstimos a empresas associadas	Acionistas e empresas do Grupo (saldos devedores) (a)	Outras contas a receber (b)	Total de contas a receber	Acionistas e empresas do Grupo (saldos credores)	Financiamentos obtidos	Fornecedores e credores por acréscimos de gastos	Total de contas a pagar		
<b>SUBSIDIÁRIAS:</b>										
PT Portugal	-	665.510.445	22.109.887	687.620.332	-	-	-	-	-	-
PT Comunicações	-	59.123.464	20.270.018	611.506.482	(39.247.567)	-	(86.902)	(39.334.469)	-	-
Africatel	-	334.061.209	14.769.532	348.830.741	-	-	-	-	-	-
PT Contact	-	19.589.435	567.289	20.156.724	-	-	-	-	-	-
TMN	-	9.282.847	24.501	9.307.348	-	-	(12.672)	(12.672)	-	-
PT Brasil	-	8.870.039	27.610	8.897.649	-	-	(959.370)	(959.370)	-	-
PT Inovação	-	7.513.979	537.487	8.051.466	-	-	-	-	-	-
PT Centro Corporativo	-	6.490.055	546.699	7.036.754	-	-	(317.504)	(317.504)	-	-
PT Participações	-	3.425.574	57.664	3.483.238	-	-	(274)	(274)	-	-
PT II	-	3.240.535	42.527	3.283.062	-	-	-	-	-	-
PT Sales	-	1.647.153	190.776	1.837.929	-	-	-	-	-	-
PT Pro	-	1.380.215	37.432	1.417.647	-	-	-	-	-	-
PT Compras	-	704.832	18.233	723.065	-	-	-	-	-	-
PT SI	-	269.947	38.827	308.774	(1507.911)	-	(1112)	(1.509.023)	-	-
PT Móveis	-	78.359	35.134	113.493	(7.823.079)	-	-	(7.823.079)	-	-
Outras empresas	-	142.4622	17.922	1.442.544	(1632.873)	-	165.146	(1.467.727)	-	-
<b>ASSOCIADAS:</b>										
Sportinveste	2.595.500	-	23.079	2.618.579	-	-	-	-	-	-
INESC	2.916.971	-	-	2.916.971	-	-	-	-	-	-
Páginas Amarelas (Note 24)	-	-	-	-	-	-	(4.487.449)	(4.487.449)	-	-
Outras empresas	-	47.646	148.864	196.510	-	(52.618)	(56.457)	(109.075)	-	-
	<b>5.512.471</b>	<b>1.654.773.356</b>	<b>59.463.481</b>	<b>1.719.749.308</b>	<b>(50.211.430)</b>	<b>(52.618)</b>	<b>(5.756.594)</b>	<b>(56.020.642)</b>		

euros								
2010								
	Empréstimos a empresas associadas	Acionistas e empresas do Grupo (saldo devedores)(a)	Outras contas a receber (b)	Total de contas a receber	Acionistas e empresas do Grupo (saldo credores)	Financiamentos obtidos	Fornecedores e credores por acréscimos de gastos	Total de contas a pagar
<b>SUBSIDIÁRIAS:</b>								
PT Comunicações	-	586.344.181	1226.907	587.571.088	(9.558.279)	-	(14.145)	(9.572.424)
PT Portugal	-	579.777.894	4.044.032	583.821.926	-	-	-	-
Africatel	-	362.986.357	16.394.374	379.380.731	-	-	-	-
TMN	-	58.791.478	577.378	59.368.856	(1363.200)	-	-	(1.363.200)
PT Prime	-	32.912.516	89.032	33.001.548	(598.800)	-	-	(598.800)
PT Inovação	-	24.495.250	56.596	24.551.846	(743.543)	-	-	(743.543)
PT Contact	-	23.829.845	415.7	23.871.362	(423.000)	-	-	(423.000)
PT Sales	-	13.385.329	15.597	13.400.926	(88.800)	-	-	(88.800)
PT Centro Corporativo	-	9.324.779	309.136	9.633.915	(86.400)	-	126.688	40.288
PT Brasil	-	8.771.440	27.610	8.799.050	(102.022)	-	(1032.569)	(1.134.591)
PT Móveis	-	7.579.895	101.235	7.681.130	-	-	(8.643)	(8.643)
PT SI	-	2.878.716	7.041	2.885.757	(1043.476)	-	-	(1.043.476)
PT II	-	2.207.929	28.122	2.236.051	(20.598)	-	(381)	(20.979)
PT Participações	-	304.450	205	304.655	(2.435.972)	-	(1006)	(2.436.978)
Outras empresas	-	1539.666	21326	1.560.992	(776.961)	(137.101)	(8.640)	(922.702)
<b>ASSOCIADAS:</b>								
Sportinveste	3.595.500	-	21978	3.617.478	-	-	-	-
INESC	3.018.566	-	-	3.018.566	-	-	-	-
Páginas Amarelas (Note 24)	-	-	-	-	-	-	(8.518.621)	(8.518.621)
Outras empresas	-	2.379.958	302.643	2.682.601	(168.000)	-	(46.304)	(214.304)
	<b>6.614.066</b>	<b>1.717.509.683</b>	<b>23.264.729</b>	<b>1.747.388.478</b>	<b>(17.409.051)</b>	<b>(137.101)</b>	<b>(9.513.621)</b>	<b>(27.059.773)</b>

- (a) Conforme mencionado acima, os saldos devedores com acionistas e empresas do Grupo respeitam essencialmente a financiamentos concedidos e a dívidas no âmbito do RETGS.
- (b) Esta rubrica inclui, essencialmente, os encargos financeiros a imputar às participadas, nomeadamente no âmbito dos financiamentos concedidos às mesmas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a natureza e o detalhe das principais transações com empresas do Grupo são conforme segue:

euros								
2011								
	Juros e rendimentos similares, líquidos	Fornecimentos e serviços externos	Recuperação de encargos relativos a gastos com o pessoal	Outros rendimentos (gastos)	Juros e rendimentos similares, líquidos	Fornecimentos e serviços externos	Recuperação de encargos relativos a gastos com o pessoal	Outros rendimentos (gastos)
<b>SUBSIDIÁRIAS:</b>								
Africatel	45.816.928	-	-	(524.916)	65.754.134	-	-	1982.717
PT Comunicações	27.687.861	(332.038)	(153.773)	-	7.183.140	(6.398)	253.124	-
PT Portugal	26.790.302	-	-	-	4.564.976	-	-	-
PT Contact	751.461	-	(1800)	-	111.103	-	89.887	-
PT Centro Corporativo	444.884	(1423.331)	1517.536	-	104.376	(2.304.508)	1825.942	-
PT Sales	261.485	-	-	-	19.899	-	-	-
TMN	21829	-	-	-	2.540.874	-	-	-
PT Prime	-	-	-	-	291.238	-	-	-
Outras empresas	954.259	(3.007)	299.558	171.798	163.339	-	369.581	114.257
<b>ASSOCIADAS:</b>								
Sportinveste	87.242	-	-	-	93.676	-	(4.354)	-
Páginas Amarelas (Note 24)	-	-	-	(4.203.213)	-	-	-	(8.518.621)
Fundação PT	-	-	94.736	-	-	-	96.223	1369.500
Outras empresas	150.386	-	(43.510)	381	140.276	-	-	(220)
	<b>102.966.637</b>	<b>(1.758.376)</b>	<b>1.712.807</b>	<b>(4.555.950)</b>	<b>81.077.031</b>	<b>(2.310.906)</b>	<b>2.630.403</b>	<b>(5.052.367)</b>

Alguns dos principais acionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais a Empresa e as suas subsidiárias estabelecem acordos comerciais no curso normal da atividade. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são acionistas da Portugal Telecom. As transações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e os saldos nessa data entre as empresas do Grupo PT e os principais acionistas da Portugal Telecom são como segue (incluindo IVA):

Empresa	euros			
	Receitas e ganhos (a)	Custos e perdas (a)	Contas a receber	Contas a pagar
Caixa Geral de Depósitos	54.171.401	11.185.302	5.610.759	506.281
BES	107.846.541	31.849.608	3.348.902	-
Visabeira	6.251.177	97.957.253	2.497.519	12.643.673
Controlinveste	2.696.760	50.994.482	236.228	8.212.821
Ongoing	1.114.823	3.337.710	379.247	366.677
Barclays	407.638	10.368.511	177.504	-
	<b>172.488.340</b>	<b>205.692.866</b>	<b>12.250.159</b>	<b>21.729.452</b>

- (a) As receitas e ganhos incluem serviços prestados pela Empresa e juros recebidos relativos a depósitos bancários, enquanto os custos e perdas incluem fornecimentos e serviços externos prestados à Portugal Telecom e juros pagos no âmbito de financiamentos obtidos e *equity swaps*.

Os termos e condições dos acordos comerciais celebrados entre a Portugal Telecom e os seus acionistas são similares aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

#### 8.4. Outras informações

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as remunerações fixas dos administradores, as quais foram estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, ascenderam a 5,32 milhões de euros e 6,68 milhões de euros, respetivamente.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a auferir (i) uma remuneração variável anual (“RVA”) relacionada com a sua performance no ano, a qual é paga no ano seguinte com exceção da parcela excedente a 50% da remuneração variável total atribuída no ano, cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos, e (ii) uma remuneração variável associada ao desempenho de médio prazo (“RVMP”), cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos. A remuneração variável anual referente ao exercício de 2010 paga em 2011 aos cinco administradores executivos ascendeu a 2,34 milhões euros e, em 2010, a remuneração variável anual de 2009 paga aos sete administradores executivos ascendeu a 3,52 milhões de euros. Em 2011 e 2010, não ocorreu qualquer pagamento de RVMP e, nos termos da política de remunerações estabelecida para os administradores executivos, o pagamento diferido da RVA e da RVMP ascendia a 4,28 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, o qual está condicionado ao desempenho positivo da Empresa nos termos da política de remunerações em

vigor. Anualmente, a Portugal Telecom reconhece os encargos relativos a estas remunerações variáveis.

No seguimento da recomendação de alguns acionistas na assembleia geral anual de 2011 e com base na proposta da Comissão de Avaliação, a Comissão de Vencimentos aprovou uma remuneração variável extraordinária a pagar ao presidente do Conselho de Administração e aos cinco administradores executivos relativa à sua performance no âmbito da transação da Vivo (Nota 1) e da aquisição dos investimentos estratégicos na Oi e na Contax (Nota 1). De acordo com os termos da política de remunerações de administradores, em 2011 foi pago ao presidente do Conselho de Administração e aos cinco administradores executivos 50% da remuneração variável extraordinária acima mencionada, no montante de 2,55 milhões de euros, ficando o pagamento dos restantes 50% diferido por um período de 3 anos, o qual está condicionado ao desempenho positivo da Empresa nos termos da política de remunerações em vigor. No seguimento da transação da Vivo e com base numa recomendação do Conselho de Administração, a comissão executiva aprovou em dezembro de 2010 o pagamento à maioria dos colaboradores da Portugal Telecom de uma remuneração variável extraordinária no montante total de 14 milhões de euros.

Adicionalmente, no âmbito da parceria estratégica celebrada com a Oi e a Contax, seis dos administradores da Portugal Telecom desempenham funções executivas nestas empresas (entidades controladas conjuntamente pela Empresa), tendo recebido em 2011 uma compensação fixa total no montante de 1,21 milhões de euros, a qual foi estabelecida pelos órgãos empresariais competentes para o efeito, de acordo com a legislação local.

Em complemento da política de remuneração acima referidas, os administradores executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 31 de dezembro de 2011, nenhum membro do Conselho de Administração tinha direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos da PT Comunicações, e não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Para informação adicional relativa à remuneração dos membros do Conselho da Administração no cumprimento dos requisitos do regulador local, remetemos para o Relatório de Governo da Sociedade incluído no Relatório e Contas Consolidados de 2011.



## 9. Outros ativos e passivos financeiros

Estas rubricas incluem essencialmente o justo valor de instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa e apresentam o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	euros	
	2011	2010
<b>OUTROS ATIVOS FINANCEIROS</b>		
<b>Não Corrente</b>		
Currency swap com componentes cambial e de taxa de juro	-	639.422
Outros	500	3.820
<b>Total não corrente</b>	<b>500</b>	<b>643.242</b>
<b>OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS</b>		
<b>Não Corrente</b>		
Swaps de taxa de juro:		
Cobertura de fluxos de caixa	6.269.645	2.134.355
Débitos para negociação	465.805	1262.004
Currency swap com componentes cambial e de taxa de juro	1.796.673	408.693
<b>Total não corrente</b>	<b>8.532.123</b>	<b>3.805.052</b>

Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa têm como objetivo minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio. A contratação de qualquer instrumento financeiro derivado é efetuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e da carteira de posições detidas pela Empresa. O justo valor destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respetivas implicações financeiras.

### Risco de Taxa de Juro

Em 31 de Dezembro de 2011, a carteira de instrumentos derivados de taxa de juro era constituída por swaps de taxa de juro em euros, contratados com o objetivo de eliminar o risco de variação de taxa de juro em financiamentos.

Conforme discriminado na tabela acima, estes instrumentos estão classificados nas seguintes categorias:

#### - Cobertura de fluxos de caixa

As variações no justo valor são reconhecidas diretamente no capital próprio na rubrica “Outras reservas” e ascenderam a perdas de 4.135.290 euros em 2011 e 141.386 euros em 2010 (Nota 14). Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor nominal destes instrumentos era de 163,6 milhões de euros e de 205,8 milhões de euros, respetivamente, com maturidades entre 0,2 e 2,0 anos e entre 0,7 e 2,5 anos, respetivamente.

#### - Detidos para negociação

As variações no justo valor são reconhecidas em resultados na rubrica “Aumentos/(reduções) de justo valor” e ascenderam a ganhos de 769.199 euros em 2011 e a 949.947 euros em 2010 (Nota 22). Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor nominal destes instrumentos era de 14,5 milhões de euros e de 24,4 milhões de euros, respetivamente, com uma maturidade média de 0,7 e de 1,2 anos, respetivamente.

#### Risco de Taxa de Juro e de Taxa de Câmbio

Em 31 de Dezembro de 2010, a Portugal Telecom mantinha um *currency swap* com componente cambial e de taxa de juro, contratado com o objetivo de eliminar a exposição à variação da taxa de câmbio Euro/U.S. Dólar resultante de um empréstimo denominado em dólares contraído em exercícios anteriores. Naquela data, o valor nominal deste instrumento era de 11 milhões de Dólares Americanos. O justo valor deste instrumento derivado estava apresentado no Balanço juntamente com o respetivo financiamento, enquanto a variação no justo valor do mesmo também foi classificada pelo líquido juntamente com a variação cambial e os juros reconhecidos relativamente ao financiamento. O financiamento e o derivado foram liquidados em dezembro de 2011, na maturidade de ambos os instrumentos.

Em 2010, a Portugal Telecom e a PT Finance (empresa participada) celebraram dois contratos de *currency swap* com componente cambial e de taxa de juro, cujo objetivo é eliminar a exposição da PT Finance ao risco de variação de taxa de câmbio em financiamentos denominados em Dólares Americanos. Considerando que o objetivo destes instrumentos é a cobertura de risco na PT Finance, os mesmos foram classificados pela Empresa como detidos para negociação, com o respetivo justo valor a ser reconhecido nas rubricas de outros ativos e passivos financeiros, conforme discriminado na tabela acima, e as variações no justo valor a serem reconhecidas em resultados na rubrica “Aumentos/(reduções) de justo valor”, tendo ascendido a uma perda de 605.543 euros em 2011 e a um ganho de 230.729 euros em 2010 (Nota 22). Em 2011, a Empresa liquidou um destes instrumentos financeiros derivados pelo montante de 1.421.859 euros, tendo contratado subsequentemente um novo instrumento com as mesmas características, o qual se encontra em aberto em 31 de dezembro de 2011. Ambas as operações foram efetuadas na sequência do financiamento associado ao instrumento derivado inicial ter sido reembolsado e subsequentemente ter sido contraído novo financiamento com as mesmas características.

## 10. Impostos sobre o rendimento

### 10.1. Enquadramento

A partir de 1 de janeiro de 2010, no seguimento da alteração na legislação fiscal, a Empresa passou a ser tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25%, acrescida da derrama de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável de IRC e de mais uma sobretaxa de 2,5% sobre o lucro tributável que exceda 2 milhões de euros, atingindo uma taxa máxima agregada de 29,0%. Nos exercícios de 2012 e 2013, a Empresa será sujeita a uma taxa de IRC de 25% que será acrescida de (1) uma derrama municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e (2) uma derrama estadual de 3,0% e 5,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de euros e 10 milhões de euros e o lucro tributável que exceda os 10 milhões de euros, respetivamente.

A matéria coletável da Empresa não excedeu 2 milhões de euros em 2011, pelo que a Empresa aplicou a taxa de imposto agregada de 26,5% para calcular a estimativa de imposto sobre o rendimento. Adicionalmente, a Empresa, em função das suas estimativas relativamente à matéria coletável individual de exercícios futuros, alterou a taxa de imposto utilizada no cálculo dos impostos diferidos de 26,5% para 25,0%.

No cálculo dos resultados tributáveis, aos quais é aplicada a referida taxa de imposto, os gastos e rendimentos não aceites fiscalmente são acrescidos ou deduzidos aos resultados contabilísticos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a matéria coletável da Empresa foi estimada de acordo com o RETGS, abrangendo as seguintes empresas participadas: PT Comunicações, S.A.; TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.; PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.; PT Imobiliária, S.A.; PT Inovação, S.A.; PT Móveis, SGPS, S.A.; PT Pro - Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A.; PT-Sistemas de Informação, S.A.; PT Compras - Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.; PT Participações SGPS, S.A.; PT Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional, S.A.; PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A.; PT Portugal, SGPS, S.A.; PT Sales, S.A.; PT Centro Corporativo, S.A.; Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda; e Openidea, Tecnologias de Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A..

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração da Empresa, suportado nas informações dos seus assessores fiscais, entende que eventuais contingências fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, considerando as provisões constituídas e as

expectativas existentes nesta data quanto à resolução das contingências fiscais descritas na Nota 15.

## 10.2. Impostos diferidos

Na mensuração do gasto relativo aos impostos sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre a base fiscal e contabilística dos ativos e passivos, originadas no exercício ou em exercícios anteriores.

Os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram os seguintes:

				euros
				2011
	Instrumentos financeiros	Prejuízos fiscais reportáveis	Outras diferenças temporárias	Total
Saldo inicial	4.439.337	-	1432.146	5.871.483
Aumentos (reduções)				
Resultado líquido	(1095.823)	115.703.314	-	114.607.491
Capital próprio (Nota 14.4)	1095.853	-	-	1.095.853
Utilizações	-	-	-	-
<b>Alteração da taxa de imposto</b>				
Resultado líquido	(157.239)	-	(81.065)	(238.304)
Capital próprio (Nota 14.4)	(94.045)	-	-	(94.045)
<b>Saldo final</b>	<b>4.188.083</b>	<b>115.703.314</b>	<b>1.351.081</b>	<b>121.242.478</b>

				euros
				2010
	Instrumentos financeiros	Prejuízos fiscais reportáveis	Outras diferenças temporárias	Total
Saldo inicial	5.538.435	-	3.715.392	9.253.827
Aumentos (reduções)				
Resultado líquido	(1.136.565)	-	(2.283.246)	(3.419.811)
Capital próprio (Nota 14.4)	37.467	-	-	37.467
<b>Saldo final</b>	<b>4.439.337</b>	<b>-</b>	<b>1.432.146</b>	<b>5.871.483</b>

As variações nos ativos por impostos diferidos registadas por contrapartida do capital próprio foram reconhecidas na rubrica “Outras reservas” (Nota 14.4) e correspondem ao efeito fiscal sobre as variações no justo valor de derivados de taxa de juro classificados como de cobertura de fluxos de caixa.

Os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais registados em 2011 foram originados pelo prejuízo fiscal apurado no exercício pelo consolidado fiscal da Portugal Telecom. Conforme legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais podem ser utilizados durante os 5 anos subsequentes ao ano em que foram gerados, com um limite de 75% da matéria coletável em cada exercício. Face aos resultados fiscais das empresas do Grupo estimados para os próximos 5 anos, a Empresa entende que estes prejuízos fiscais não recuperáveis.

Os passivos por impostos diferidos, nos montantes de 14.286.361 euros e 15.143.542 euros em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respetivamente, correspondem ao efeito fiscal associado à componente de capital das obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom em 2007 (Nota 14.4). A variação ocorrida no exercício, no montante de 857.181 euros, está relacionada com o impacto da alteração da taxa de imposto aplicada no cálculo dos impostos diferidos, tendo sido reconhecida diretamente no capital próprio.

### 10.3. Reconciliação da taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a reconciliação entre o montante teórico resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento é como segue:

	euros	
	2011	2010
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>212.340.316</b>	<b>5.096.651.892</b>
Taxa nominal de imposto	26,5%	26,5%
<b>Imposto esperado</b>	<b>56.270.184</b>	<b>1.350.612.751</b>
Prejuízo fiscal apurado no âmbito do RETGS	(15.703.314)	-
Diferenças permanentes (a)	(50.768.276)	(1.381.342.137)
Imposto corrente de exercícios anteriores	(11.868.507)	(2.288.180)
Alienação da UOL (b)	3.962.755	-
Derrama municipal (c)	(6.096.623)	-
Reversão de impostos diferidos de exercícios anteriores	-	3.243.600
Outros	(5.715.724)	1.730.970
	<b>(129.919.505)</b>	<b>(28.042.996)</b>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>		
Imposto corrente (d)	(15.550.318)	(31.462.807)
Imposto diferido	(114.369.187)	3.419.811
	<b>(129.919.505)</b>	<b>(28.042.996)</b>

(a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 19)	(90.759.112)	(3.220.435.572)
Poupança resultante da consolidação fiscal (Nota 19)	(10.161.391)	(84.844.358)
Encargos com financiamentos não dedutíveis (i)	653.679	40.393.426
Provisões e ajustamentos não considerados no cálculo dos impostos diferidos	503.653	10.278.625
Reconhecimento de mais-valias diferidas (Nota 19)	-	(1.968.377.000)
Despesas operacionais não dedutíveis fiscalmente	-	5.360.000
Perdas não dedutíveis sobre investimentos financeiros em associadas (Nota 19)	-	2.196.182
Outros	(366.228)	2.816.860
	<b>(191.578.399)</b>	<b>(5.212.611.837)</b>
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
	<b>(50.768.276)</b>	<b>(1.381.342.137)</b>

- (i) A redução nesta rubrica é explicada essencialmente pela diminuição da dívida da Empresa em 2011 e, consequentemente, dos respetivos encargos com financiamentos.
- (b) Esta rubrica corresponde à diferença entre (1) o imposto suportado pela Empresa no Brasil no âmbito da operação de alienação do investimento na UOL, no montante de 7.114.332 euros (Nota 4), e (2) o efeito fiscal de 3.151.577 euros sobre o ganho apurado em resultado desta operação, no montante de 11.892.743 euros (Nota 19), determinado com base na taxa nominal de imposto em Portugal (26,5%).
- (c) Esta rubrica corresponde ao efeito da derrama municipal sobre os prejuízos apurados pelas empresas participadas que integram o consolidado fiscal da Portugal Telecom, na medida em que esses prejuízos foram apurados individualmente

com base na taxa de 25,0%, conforme legislação fiscal em vigor, sendo no entanto aproveitados ao nível do consolidado fiscal à taxa de 26,5%.

- (d) Esta rubrica inclui: (1) o imposto corrente do exercício correspondente a ganhos nos montantes de 3.681.881 euros em 2011 e 29.174.627 euros em 2010; (2) o excesso de estimativa de imposto do exercício anterior nos montantes de 11.868.507 euros em 2011 e 2.288.180 euros em 2010; e (3) um imposto suportado em 2011 pela Empresa no Brasil relacionado com a alienação das ações da UOL, no montante de 7.114.332 euros, conforme referido em cima.

## 11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos devedores e credores com o Estado e Outros Entes Públicos tinham a seguinte composição:

	euros			
	2011		2010	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	56.556.902	37.039	5.035.070	1307.801
Retenções de imposto sobre o rendimento	-	33.616	-	155.940
Imposto sobre o valor acrescentado	448.610	-	632.393	-
Segurança Social	-	8.310	-	4.876
Restantes impostos	-	10.956	-	2.727
	<b>57.005.512</b>	<b>89.921</b>	<b>5.667.463</b>	<b>1.471.344</b>

## 12. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
<b>OUTRAS CONTAS A RECEBER</b>		
<b>Corrente</b>		
Encargos financeiros a faturar	59.264.575	24.631.565
Outros devedores por acréscimos de rendimentos (a)	10.166.620	10.166.620
Outros devedores	5.753.427	4.413.676
	<b>75.184.622</b>	<b>39.211.861</b>
Perdas por imparidade acumuladas	(4.100.532)	(4.100.532)
<b>Total das outras contas a receber</b>	<b>71.084.090</b>	<b>35.111.329</b>

- (a) Esta rubrica corresponde a valores por faturar relativamente a serviços prestados à Vivo entre Abril e Agosto de 2008, no âmbito do contrato de prestação de serviços de consultoria vigente até Agosto de 2008.

### 13. Diferimentos

Estas rubricas apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	euros	
	2011	2010
<b>GASTOS A RECONHECER</b>		
<b>Corrente</b>		
Juros e outras despesas financeiras	6.959.663	1.840.028
Outros	237.967	287.105
<b>Total corrente dos gastos a reconhecer</b>	<b>7.197.630</b>	<b>2.127.133</b>
<b>RENDIMENTOS A RECONHECER</b>		
<b>Não corrente</b>		
Mais-valias em transações intra-Grupo	4.859.760.864	4.859.760.864
Outros	956.009	956.009
<b>Total não corrente dos rendimentos a reconhecer</b>	<b>4.860.716.873</b>	<b>4.860.716.873</b>

O detalhe e movimento das mais-valias diferidas apuradas em transações intra-grupo são como se segue:

	euros		
	Saldo 31 dez 2009	Reconhecimento em 2010 (Nota 19)	Saldo 31 dez 2010 e 31 dez 2011
TMN	3.925.688.137	(1.968.377.000)	1.957.311.137
PT Comunicações	2.363.130.109	-	2.363.130.109
PT Ventures	306.943.829	-	306.943.829
PT Inovação	120.592.746	-	120.592.746
PT Pro	67.321.604	-	67.321.604
PT SI	44.458.071	-	44.458.071
PT Sales	3.368	-	3.368
	<b>6.828.137.864</b>	<b>(1.968.377.000)</b>	<b>4.859.760.864</b>

As mais-valias diferidas apuradas em transações intra-grupo são registadas em resultados na mesma proporção em que o *goodwill* ou os ativos e passivos identificados no processo de alocação do preço de compra apurados nas empresas adquirentes são reconhecidos em resultados ou por via da alienação do investimento. Tanto o reconhecimento das mais-valias diferidas como o efeito do reconhecimento do *goodwill* através da aplicação do método de equivalência patrimonial sobre as empresas participadas estão registados pelo líquido na rubrica “Ganhos/(perdas) em empresas participadas” (Nota 19). Na sequência da alienação da Vivo concretizada em setembro de 2010, a Empresa reconheceu parcialmente a mais-valia diferida relacionada com a alienação da TMN no montante de 1.968.377.000 euros, proporcionalmente ao reconhecimento em resultados do *goodwill* registado pela PT Portugal,.

## 14. Capital próprio

### 14.1. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Empresa encontrava-se integralmente realizado e ascendia a 26.895.375 euros, estando representado por 896.512.000 ações ordinárias e 500 ações de Categoria A, com o valor nominal de 3 cêntimos de Euro cada.

Na sequência da Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Telecom realizada em 26 de julho de 2011, foi aprovada uma alteração aos estatutos da Empresa que se traduziu na eliminação dos direitos especiais concedidos às 500 ações de Categoria A.

### 14.2. Ações próprias

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui contratos de *equity swap* celebrados pela Portugal Telecom sobre 20.640.000 ações próprias, os quais foram reconhecidos como uma aquisição efetiva de ações, tendo originado o registo de um passivo pelo correspondente valor de aquisição, no montante de 178.071.826 euros (Nota 16.5).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui ações próprias adquiridas pela Oi no âmbito da parceria estratégia com a Portugal Telecom, em que estava previsto a aquisição de até 10% das ações em circulação da Portugal Telecom pela Oi. Até 31 de dezembro de 2011, a Oi tinha adquirido 64.557.566 ações da Portugal Telecom, representativas de 7,2% do capital social. A participação da Empresa neste investimento, detida indiretamente através da Bratel Brasil, foi classificada no Balanço como ações próprias e ascendia a 148.311.037 euros (Notas 1 e 7).

### 14.3. Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Em 31 de dezembro de 2011, a reserva legal encontrava-se integralmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor, ascendendo a 6.773.139 euros.



#### 14.4. Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
Reservas livres	105.209.244	105.209.244
Opção de conversão das obrigações convertíveis (a)	42.859.082	42.001.900
Reserva de ações próprias canceladas (b)	6.970.320	6.970.320
Reserva de concessão	5.843.644	5.843.644
Swaps de taxa de juro (c)	(4.702.234)	(1.568.751)
	<b>156.180.056</b>	<b>158.456.357</b>

- (a) Esta rubrica corresponde ao justo valor da opção de conversão incluída nas obrigações emitidas pela Empresa, no montante de 57.145.442 euros (Nota 16), líquido do correspondente efeito fiscal nos montantes de 14.286.361 euros e 15.143.542 euros em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Nota 10), respetivamente.
- (b) Esta rubrica corresponde a uma reserva indisponível de valor equivalente ao valor nominal de ações canceladas, tendo um regime legal equivalente ao da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta reserva refere-se às ações canceladas em 20 de Dezembro de 2007, 24 de março de 2008 e 10 de dezembro de 2008.
- (c) Esta rubrica inclui o efeito das variações no justo valor dos *swaps* de taxa de juro contratados pela Empresa e classificados como de cobertura de fluxos de caixa, líquido do correspondente efeito fiscal. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as variações ocorridas no justo valor destes instrumentos financeiros corresponderam a perdas de 4.135.290 euros e 141.386 euros (Nota 9), respetivamente, enquanto o respetivo efeito fiscal ascendeu a 1.095.852 euros e 37.467 euros (Nota 10), respetivamente. Adicionalmente, foi ainda reconhecida uma perda de 94.045 euros nesta rubrica relativa ao impacto da alteração da taxa de imposto no cálculo dos impostos diferidos (Nota 10).

#### 14.5. Ajustamentos em ativos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

	euros			
	Lucros não atribuídos	Ajustamentos de conversão cambial	Outras variações no capital próprio	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2010</b>	<b>5.607.459</b>	<b>223.178.789</b>	<b>(408.389.476)</b>	<b>(179.603.228)</b>
Equivalência patrimonial (a)	-	(59.661.261)	(359.510.176)	(519.171.437)
Alienação da Vivo (b)	-	-	(101.303.599)	(101.303.599)
Transferência para resultados transitados (c)	-	-	1.222.181.595	1.222.181.595
Lucros não atribuídos	1.458.649	-	-	1.458.649
Ajustamentos de conversão cambial sobre goodwill (Nota 7)	-	4.918.181	-	4.918.181
Outros movimentos	-	-	111	111
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>7.066.108</b>	<b>68.435.709</b>	<b>352.978.455</b>	<b>428.480.272</b>
Equivalência patrimonial (a)	-	(238.054.786)	(54.259.506)	(392.314.292)
Transferência para resultados transitados (c)	-	-	(42.114.137)	(42.114.137)
Alienação da UOL (d)	-	(24.405.019)	540.828	(23.864.191)
Lucros não atribuídos	1.276.199	-	-	1.276.199
Outros movimentos (e)	-	(2.396.573)	194	(2.396.379)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>8.342.307</b>	<b>(196.420.669)</b>	<b>157.145.834</b>	<b>(30.932.527)</b>

- (a) Os movimentos relacionados com a aplicação do método de equivalência patrimonial foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

	euros	
	2011	2010
Investimentos financeiros (Nota 7)	(392.314.292)	(519.171.437)
Provisões para investimentos financeiros negativos (Nota 15)	-	(18.222)
	<b>(392.314.292)</b>	<b>(519.171.437)</b>

Os ajustamentos de conversão cambial registados no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial incluem (1) ajustamentos de conversão cambial negativos no montante de 238.054.786 euros em 2011 e positivos no

montante de 311.637.898 euros em 2010, em resultado essencialmente da desvalorização e apreciação do Real face ao Euro, respetivamente, e (2) um montante negativo de 471.299.159 euros em 2010 correspondente às variações cambiais acumuladas positivas relativas ao investimento na Brasilcel transferidas para resultados, na sequência da alienação da participação de 50% anteriormente detida nesta empresa pela PT Móveis. As outras variações nos capitais próprios decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial estão relacionadas essencialmente com (1) os efeitos decorrentes da revisão periódica do valor reavaliado de determinados ativos fixos tangíveis da PT Comunicações que estão reconhecidos de acordo com o modelo de revalorização (perda de 95 milhões de euros em 2011), (2) as perdas atuariais líquidas reconhecidas pela PT Comunicações no âmbito do cálculo das suas responsabilidades com benefícios de reforma (54 milhões de euros em 2011 e 365 milhões de euros em 2010), e (3) outras variações nos capitais próprios de outras empresas participadas.

- (b) Na sequência da alienação pelo Grupo da participação de 50% na Brasilcel, concretizada em setembro de 2010, as outras variações nos capitais próprios relacionadas com este investimento foram transferidas para resultados transitados.
- (c) Estas rubricas respeitam à transferência de reservas e ajustamentos em ativos financeiros para resultados transitados, incluindo: (1) um montante de 1.345.930.203 euros em 2010 relacionado com perdas atuariais, líquidas do respetivo impacto fiscal, transferidas para resultados transitados na PT Comunicações aquando da transferência para o Estado Português das responsabilidades não financiadas com pensões; e (2) os montantes de 42.114.137 euros em 2011 e 123.748.608 euros em 2010 relativos à realização de reservas de reavaliação pela PT Comunicações.
- (d) Conforme mencionado na Nota 7, o investimento na UOL foi classificado como um ativo não corrente detido para venda em 31 de dezembro de 2010, na sequência de uma oferta recebida em dezembro desse ano para a alienação do mesmo. Esta alienação apenas foi concretizada em 27 de janeiro de 2011, pelo que os ajustamentos de conversão cambial reconhecidos em 2011 incluem (1) uma perda de 3.020.512 euros relacionada com a atualização cambial do investimento, incluindo participação financeira e *goodwill*, entre 31 de dezembro de 2011 e a data da venda, e (2) um montante de 21.384.507 euros (Nota 7) correspondente aos ajustamentos de conversão cambial acumulados reciclados por resultado líquido na data da venda. Adicionalmente, as outras variações nos capitais próprios relacionadas com este investimento, no montante de 540.828 euros, foram transferidas para resultados transitados.
- (e) Esta rubrica respeita essencialmente ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial relacionados com o investimento na PT Ásia, no montante de 2.396.573 euros (Nota 19), o qual foi transferido para resultado líquido na sequência da liquidação desta participada.

## 14.6. Aplicação de resultados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Portugal Telecom pagou os seguintes montantes a título de dividendos:

	euros	
	2011	2010
Dividendo ordinário	569.317.125	503.626.688
Dividendo extraordinário	569.317.125	875.872.500
	<b>1.138.634.250</b>	<b>1.379.499.188</b>

Em maio de 2010, conforme deliberado na Assembleia Geral de Acionistas de 16 de abril de 2010, do resultado líquido do exercício de 2009 determinado de acordo com o POC, no montante de 529.778.473 euros, foi distribuído aos acionistas um montante total de 503.626.688 euros, equivalente a um dividendo por ação de 57,5 cêntimos de Euro, tendo o montante remanescente sido transferido para resultados transitados.

Em dezembro de 2010, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Portugal Telecom no dia 16 de dezembro, a Empresa distribuiu aos seus acionistas um adiantamento

por conta dos lucros de 2010 no montante total de 875.872.500 euros, equivalentes a 1 Euro por ação.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 6 de maio de 2011, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 1,30 euros, o qual foi pago em 3 de junho de 2011. Este montante inclui 65 cêntimos por ação correspondentes ao dividendo ordinário relativo ao exercício de 2010 e 65 cêntimos relativos ao dividendo extraordinário de 1,65 euros proposto pela Portugal Telecom no seguimento da venda da Brasilcel, dos quais 1 euro por ação já tinha sido pago em dezembro de 2010, conforme mencionado acima. Consequentemente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1.138.634.250 euros relativo a 875.872.500 ações (896.512.500 ações emitidas líquidas de 20.640.000 ações próprias detidas através de contratos de *equity swap*), dos quais foram pagos à Telemar Norte Leste 20.646.929 euros (Nota 7), relativos a uma parte das 64.557.566 ações da Portugal Telecom detidas por esta empresa correspondente à participação efetiva da Portugal Telecom na Oi (Nota 14.2), resultando num efeito líquido no capital próprio de 1.117.987.321 euros. Conforme aprovado na referida Assembleia Geral Anual, o montante remanescente do resultado líquido do exercício de 2010 foi transferido para resultados transitados.

Em dezembro de 2011, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Portugal Telecom no dia 15 de dezembro, a Empresa atribuiu aos seus acionistas um adiantamento por conta de lucros de 2011 no montante total de 188.312.588 euros, equivalentes a 21,5 cêntimos por ação, o qual inclui um montante de 3.512.719 euros (Nota 7) a pagar à Telemar, resultando num efeito líquido no capital próprio de 184.799.868 euros.

## 15. Provisões e passivos contingentes

### 15.1. Movimentos ocorridos nas provisões

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nas provisões foram como segue:

					euros
					2011
	Fiscais	Processos judiciais em curso	Investimentos financeiros negativos	Outras provisões	Total
Saldo inicial	3154115	95.000	55.295	354.841	32.046.251
Aumentos	2.497.375	-	-	-	2.497.375
Reduções	(1993.722)	(40.000)	-	-	(2.033.722)
Utilizações	-	(55.000)	-	-	(55.000)
Outros movimentos	-	-	(55.295)	-	(55.295)
<b>Saldo final</b>	<b>32.044.768</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>354.841</b>	<b>32.399.609</b>
Provisões não correntes	32.044.768	-	-	-	32.044.768
Provisões correntes	-	-	-	354.841	354.841

					euros
					2010
	Fiscais	Processos judiciais em curso	Investimentos financeiros negativos	Outras provisões	Total
Saldo inicial	20.024.630	102.281	1744.787	354.841	22.226.539
Aumentos	7.162.229	-	18.222	-	7.180.451
Reduções	(946.888)	(7.281)	(1707.714)	-	(2.661.883)
Outros movimentos	5.301.144	-	-	-	5.301.144
<b>Saldo final</b>	<b>31.541.115</b>	<b>95.000</b>	<b>55.295</b>	<b>354.841</b>	<b>32.046.251</b>
Provisões não correntes	31.541.115	95.000	-	-	31.636.115
Provisões correntes	-	-	55.295	354.841	410.136

Os movimentos ocorridos nas provisões fiscais resultam da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização das contingências fiscais em curso e de pagamentos efetuados relativos a contingências ocorridas em anos anteriores.

As provisões para investimentos financeiros destinam-se a fazer face a perdas em empresas subsidiárias e associadas que apresentem capitais próprios negativos (Nota 8), sendo calculadas em função da proporção detida no capital dessas sociedades. Os movimentos ocorridos nestas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram como segue:

		euros	
		2011	2010
<b>Equivalência patrimonial</b>			
Perdas (ganhos) em empresas participadas (Nota 19)		-	(1055.024)
Ajustamentos em activos financeiros (Nota 14)		-	18.222
<b>Outros movimentos</b>			
Liquidação da PT Ásia		(55.295)	-
Alienações		-	(652.690)
		<b>(55.295)</b>	<b>(1.689.492)</b>

## 15.2. Processos com perda provável

As provisões fiscais destinam-se a fazer face a diversas contingências fiscais relacionadas com IRC, IVA e Segurança Social, entre outros impostos e taxas. As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra a Empresa, estimadas com base em informações dos seus advogados.

## 15.3. Processos com perda possível e com perda remota

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa, de acordo com a NCRF 21 e com base na opinião dos seus consultores judiciais internos e externos, tinha classificado como processos com perda possível diversas contingências fiscais no montante total de 13,6 milhões de euros, as quais estão relacionados essencialmente com IRC. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, a Empresa tinha ainda outras contingências fiscais, essencialmente em sede de IRC, no montante total de 70,5 milhões de euros, cujo risco de perda a Empresa considera remoto.

Em 31 de dezembro de 2011, existem algumas contingências fiscais contra determinadas empresas do Grupo, as quais estão relacionadas essencialmente com a dedutibilidade de determinados encargos financeiros incorridos entre 2004 e 2009 (168 milhões de euros) e com a dedutibilidade de uma menos-valia apurada em 2006 na sequência da liquidação de uma empresa subsidiária (63 milhões de euros). A Portugal Telecom já recebeu liquidações fiscais relativamente a estas contingências e apresentou garantias bancárias às autoridades fiscais no montante total de 267 milhões de euros (Nota 27) relativas aos anos 2004 a 2008. A Portugal Telecom não concorda com os fundamentos legais que estiveram na base destas liquidações e, com base na opinião dos seus consultores fiscais, considera que existem argumentos sólidos para contrapor a posição das autoridades fiscais.

## 16. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 apresentam a seguinte composição:

	euros			
	2011		2010	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	725.640.841	-	717.376.975	-
Sistema de tesouraria centralizada	-	9.302.552	-	137.101
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	501.632.036	92.445.905	454.077.941	113.515.035
Outros empréstimos obtidos				
Empréstimos externos	150.000.000	-	1.769.100.000	173.950.000
Empréstimos internos	-	554.000.000	-	88.000.000
Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias (Nota 14)	-	93.767.519	-	178.071.826
Locação financeira	183.299	232.116	222.671	234.344
	<b>1.377.456.176</b>	<b>749.748.092</b>	<b>2.940.777.587</b>	<b>553.908.306</b>

## 16.1. Empréstimos por obrigações convertíveis

Em 2008, a Empresa procedeu à emissão de 15.000 obrigações convertíveis com o valor nominal unitário de 50.000 euros. A emissão foi efetuada por subscrição particular integralmente assegurada pela sua subsidiária PT Finance.

A emissão foi realizada para apoio da emissão de obrigações permutáveis em ações ordinárias da Portugal Telecom, realizada pela PT Finance em julho de 2007, denominada “Euro 750.000.000,00 4.125 *per cent Exchangeable Bonds due 2014 exchangeable for new and/or existing ordinary shares of Portugal Telecom, SGPS, SA*” (“*Exchangeable Bonds*”) visando permitir à PT Finance a satisfação de pedidos de conversão que eventualmente sejam formulados pelos investidores titulares das *Exchangeable Bonds*. As condições desta emissão de obrigações convertíveis replicam por isso os termos das *Exchangeable Bonds*.

As obrigações convertíveis representam um instrumento financeiro composto, pelo que o justo valor da componente de capital (opção de conversão em ações) foi reconhecido diretamente em capital próprio na data de emissão das obrigações e ascendia a 57.145.442 euros (Nota 14.4), enquanto a componente do passivo financeiro se encontra reconhecida ao custo amortizado.

## 16.2. Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos bancários correspondiam a financiamentos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) denominados em euros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as garantias solicitadas a favor de terceiros relacionadas com estes empréstimos são as seguintes:

	euros	
	2011	2010
Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	438.571.429	332.857.143
Aval do Estado a favor do Kreditanstalt Für Wiederaufbau	-	377.845

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais que variavam entre:

	euros	
	2011	2010
Taxa de juro máxima	5,00%	5,00%
Taxa de juro mínima	183%	134%

Adicionalmente, a Empresa é mutuária, juntamente com a PT Comunicações e a PT Finance, em seis *Revolving Credit Facilities*, no montante total de 1.640.000.000 euros, com maturidades entre 2012 e 2015. Estas *Credit Facilities* incluem uma linha de crédito contratada em 23 de março de 2011 pela Portugal Telecom, juntamente com a PT Finance e a PT Comunicações, por um montante inicial de 900 milhões de euros e com maturidade em março de 2014, aumentada em 12 de abril de 2011 para 1.050 milhões de euros e em 13 de abril de

2011 para 1.200 milhões de euros. A Empresa é ainda mutuária, juntamente com a PT Comunicações e a PT Finance, em uma *Export Credit Facility*, no montante total de 180.000.000 euros, com maturidade até 2023. Em 31 de dezembro de 2011, não se encontrava utilizado pela Empresa qualquer montante no âmbito destes contratos.

### 16.3. Outros empréstimos externos

Em 25 de junho de 1999, a Empresa estabeleceu um Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, o qual foi objeto de vários aditamentos e tinha, em 31 de dezembro de 2011, um montante máximo de 3.000.000.000 euros. O contrato vigora até 7 de julho de 2013, sendo renovável automaticamente por sucessivos períodos de 2 anos, até 7 de julho de 2025, exceto se denunciado por qualquer das partes. Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa não estava a utilizar qualquer montante no âmbito deste programa, através de empréstimos externos.

Em 1 de junho de 2000, a Empresa estabeleceu um outro Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, o qual foi objeto de vários aditamentos e tinha, em 31 de dezembro de 2011, um montante máximo de 3.000.000.000 euros, vigorando até 1 de junho de 2012, sendo renovável automaticamente por sucessivos períodos de 2 anos, até 1 de junho de 2020, exceto se denunciado por qualquer das partes. Em 31 de dezembro de 2011, as emissões efetuadas pela Empresa no âmbito deste programa totalizavam 150.000.000 euros.

### 16.4. Outros empréstimos internos

A Portugal Telecom celebrou diversos programas de papel comercial, no âmbito dos quais tinha emitido um montante total de 554 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, com maturidade em janeiro de 2012. Adicionalmente, no âmbito destes programas, em 31 de dezembro de 2011, a Empresa tinha disponível um montante de 200 milhões de euros com tomada firme.

### 16.5. Passivo relativo a *equity swaps* sobre ações próprias

Esta rubrica respeita a contratos de *equity swaps* celebrados pela Portugal Telecom sobre 20.640.000 ações próprias, os quais foram reconhecidos como uma aquisição efetiva de ações próprias, originando o registo de um passivo financeiro pelo correspondente custo de aquisição, no montante de 178.071.826 euros (Nota 14.2). Em dezembro de 2011, a Portugal Telecom liquidou antecipadamente um montante de 84.304.307 euros (Nota 4), ascendendo a dívida em 31 de dezembro de 2011 a 93.767.519 euros.

## 16.6. Locação financeira

As obrigações com contratos de locação financeira resultam essencialmente da locação de equipamento de transporte, no âmbito dos quais existem geralmente opções de compra no termo dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os bens em regime de locação financeira registados no balanço da Empresa tinham um valor contabilístico de 477.594 euros e 518.174 euros, respetivamente, e correspondem à rubrica de equipamento de transporte dos ativos fixos tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a maturidade dos pagamentos mínimos dos contratos de locação financeira era conforme segue:

	euros					
	2011			2010		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1ano	232.116	10.658	242.774	234.344	10.780	245.124
Entre 1e 2 anos	136.514	3.861	140.375	145.802	3.888	149.690
Entre 2 e 3 anos	46.785	479	47.264	68.133	858	68.991
Entre 3 e 4 anos	-	-	-	8.736	18	8.854
	415.415	14.998	430.413	457.015	15.644	472.659

## 16.7. Maturidade da dívida não corrente

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a dívida não corrente tinha o seguinte plano de reembolso previsto:

	euros	
	2011	2010
Entre 1e 2 anos	74.625.695	92.591.707
Entre 2 e 3 anos	936.759.055	599.257.314
Entre 3 e 4 anos	25.357.143	778.457.140
Entre 4 e 5 anos	25.357.143	25.357.143
A mais de 5 anos	35.357.140	1445.114.283
	1.377.456.176	2.940.777.587

## 16.8. Outras informações

Em 31 de dezembro de 2011, os principais condicionalismos financeiros (“*covenants*”) incluídos em contratos de financiamento da Empresa eram como segue e respeitam às contas consolidadas:

- **Alteração de controlo**

As obrigações convertíveis, as *credit facilities* no montante total de 1.640 milhões de euros, os empréstimos obtidos junto do BEI no montante total de 594 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, um empréstimo contratado em 2011 no montante de 50 milhões de euros e uma *export credit facility* de 180 milhões de euros estabelecem penalidades no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom. De acordo com os termos e condições destes financiamentos, uma alteração de controlo ocorreria no



caso de uma qualquer pessoa ou grupo de pessoas atuando concertadamente adquirir ou controlar mais de 50% dos direitos de voto, quer seja através de capital, de direitos de voto ou dos termos previstos no acordo de acionistas. Em determinados casos, obter o direito de nomear ou remover todos ou a maioria dos administradores ou diretores da Empresa, ou de dar diretivas relativamente às políticas operacionais e financeiras da Empresa, as quais tenham de ser respeitadas pelos administradores ou diretores, também são aspetos a considerar como uma alteração de controlo.

As obrigações de 1.000 milhões de euros e 750 milhões de euros emitidas pela PT Finance em 2009 e as obrigações de 600 milhões de euros emitidas pela PT Finance em 2011 estabelecem penalidades no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom, conforme descrito acima, se em simultâneo a notação de rating da Empresa for reduzida para *sub-investment grade* ou ocorrer uma redução da notação de rating (no caso da notação de rating já ser anteriormente *sub-investment grade*) durante o Período de Alteração de Controlo, conforme definido nos termos e condições destas obrigações.

- **Notações de rating**

Determinados empréstimos obtidos junto do BEI, totalizando 129 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, estabelecem que, caso o rating de longo prazo atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja inferior ao do rating atribuído no momento em que a cláusula foi acordada (BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch), a Portugal Telecom pode ser chamada a apresentar uma garantia aceitável pelo BEI. Em 31 de dezembro de 2011, o reembolso previsto destes financiamentos no montante total de 129 milhões de euros é como segue: 46 milhões de euros em 2012, 46 milhões de euros em 2013 e 36 milhões de euros em 2014.

Em 3 de junho de 2011, a S&P anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o rating de longo prazo de BBB para BBB-, com outlook negativo, e o rating de curto prazo de A-2 para A-3. Em 7 de junho de 2011, a Moody's anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o rating de longo prazo de Baa2 para Baa3 e mantendo-o em revisão para possível downgrade. Em 29 de julho de 2011, a Moody's confirmou o rating de crédito Baa3 atribuído à Portugal Telecom, com outlook negativo. Considerando o condicionalismo financeiro relativo ao rating de crédito descrito acima, a Portugal Telecom e o BEI acordaram aumentar o spread desses financiamentos, sem nenhuma outra consequência, em resultado da revisão do rating de crédito da Portugal Telecom.

Em 23 de dezembro de 2011, a Moody's anunciou a redução do rating de longo prazo da Portugal Telecom de Baa3 para Ba1. Em 16 de fevereiro de 2012, a S&P anunciou a revisão do rating atribuído à Portugal Telecom, reduzindo o rating de longo prazo de BBB- para BB+, e diminuindo o rating de curto prazo de A-3 para B. No seguimento

destes desenvolvimentos, a Portugal Telecom acordou com o BEI constituir um depósito a favor do BEI pelo montante correspondente a uma parcela do valor em dívida no âmbito dos financiamentos que incluem o condicionalismo relativo à notação de rating. O montante depositado nesta conta será reduzido à medida que os financiamentos sejam reembolsados. A Portugal Telecom e o BEI acordaram ainda que quaisquer revisões adicionais em alta ou em baixa do rating de crédito atribuído à Empresa terão como consequência, respetivamente, reduções ou aumentos no montante depositado, sem qualquer outra consequência.

O *spread* pago pela Portugal Telecom no âmbito da *revolving credit facility* de 1.200 milhões de euros depende do rating de crédito atribuído à Empresa ser ou não mais elevado que BBB- (conforme atribuído pela S&P) e Baa3 (conforme atribuído pela Moody's).

O *spread* pago pela Portugal Telecom no âmbito da parcela de 200 milhões de euros com tomada firme do programa de papel comercial é variável com o rating de crédito atribuído à Empresa pela S&P e pela Moody's.

- **Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas**

Determinadas *credit facilities* no montante total de 1.445 milhões de euros, estabelecem que a Portugal Telecom terá de manter, direta ou indiretamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas “Material Subsidiaries”. “Material Subsidiaries” são aquelas empresas cujo ativo bruto seja igual ou superior a 10% do ativo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados.

- **Alienação de Ativos**

As *credit facilities*, no montante total de 150 milhões de euros, e os empréstimos obtidos junto do BEI, no montante de 594 milhões de euros em 31 de dezembro 2011, incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de ativos da Portugal Telecom.

- **Rácios Financeiros**

Determinadas *facilities* e empréstimos, no montante total de 1.745 milhões de euros, preveem a obrigação de assegurar que o rácio Dívida líquida consolidada/EBITDA não excede determinados valores, os quais variam em função dos financiamentos em causa. Adicionalmente, as condições aplicáveis a determinadas *facilities*, no montante total de 215 milhões de euros, podem ser alteradas em função do rácio Dívida líquida consolidada/EBITDA.

- **Negative Pledge**

O Programa Euro Medium Term Notes da PT Finance, o empréstimo por obrigações convertíveis, as *credit facilities*, um empréstimo de 50 milhões de euros e os programas de papel comercial estão abrangidos por cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os ativos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento de qualquer um destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado dos financiamentos obtidos ou no cancelamento das linhas de crédito disponíveis, salvo quando outras penalidades são especificamente mencionadas acima. Em 31 de dezembro de 2011, a Portugal Telecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

## 17. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
Fornecedores conta corrente	1.033.138	1.229.056
Faturas em receção e conferência	81.976	226.707
	<b>1.115.114</b>	<b>1.455.763</b>

## 18. Credores por acréscimos de gastos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
Encargos com o pessoal	14.221.362	7.643.131
Juros e outras despesas financeiras a liquidar	11.834.533	20.958.563
Fornecimentos e serviços externos	1.779.207	469.378
Outros (a)	10.770.482	21.046.827
	<b>38.605.584</b>	<b>50.117.899</b>

(a) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui 4.487.449 euros e 8.518.621 euros (Nota 24), respetivamente, relativos às contribuições a favor das Páginas Amarelas no âmbito do Acordo Parassocial celebrado entre a Empresa e o outro acionista desta participada.

## 19. Ganhos/(perdas) em empresas participadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
<b>Ganhos e perdas em empresas participadas</b>		
Ganhos	288.034.858	3.315.752.004
Perdas	(95.665.355)	(12.668.256)
<b>Ganhos e perdas na alienação de empresas participadas</b>		
Ganhos	11.898.369	150.000
Perdas	-	(13.020)
<b>Reconhecimento de mais-valias diferidas (Notas 10 e 13)</b>	-	1.968.377.000
<b>Outros ganhos e perdas em empresas participadas</b>	2.392.398	-
	<b>206.660.270</b>	<b>5.271.597.728</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ganhos e perdas em empresas participadas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial (Notas 7 e 15) foram reconhecidos por contrapartida das seguintes rubricas:

	euros	
	2011	2010
<b>Investimentos financeiros (Notas 7 e 10)</b>		
Africatel	84.713.457	101.595.323
PT Portugal	(61.466.362)	3.072.275.871
PT Participações	23.701.064	20.831.157
PT Finance	21.774.620	15.205.381
PT Brasil	14.484.623	631.938
PT II	4.139.362	6.123.755
PT Centro Corporativo	1.679.147	1.798.594
PT Compras	993.060	(45.342)
Páginas Amarelas	943.301	846.336
Bratel Brasil	669.437	-
PT Imobiliária	(410.840)	(1415.397)
Previsão	(369.998)	(829.754)
Sportinveste	(108.645)	(8.115.81)
UOL (a)	-	10.431.091
Yunit	16.886	113.176
	<b>90.759.112</b>	<b>3.219.380.548</b>
<b>Provisões para investimentos financeiros negativos (Notas 10 e 15)</b>		
SGPICE	-	1.055.024
	-	<b>1.055.024</b>
<b>Perdas em investimentos em associadas (Notas 7 e 10)</b>	-	<b>(2.196.182)</b>
<b>Outros ganhos em investimentos em empresas participadas</b>	<b>2.392.398</b>	-
<b>Ganho decorrente do regime de consolidação fiscal (Nota 10) (b)</b>	<b>101.610.391</b>	<b>84.844.358</b>
	<b>194.761.901</b>	<b>3.303.083.748</b>

(a) Conforme referido na Nota 7, o investimento nesta empresa participada foi alienado em janeiro de 2011.

(b) Este valor reflete o efeito da dedução do prejuízo fiscal das empresas participadas abrangidas no perímetro de consolidação fiscal da Portugal Telecom (Nota 3).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a rubrica “Ganhos na alienação de empresas participadas” inclui (1) 11.892.743 euros (Notas 7 e 10.3) relativos ao ganho total apurado no âmbito da alienação da participação financeira na UOL, e (2) uma mais-valia de 5.626 euros apurada na alienação de uma participação na Bratel Brasil (Nota 7). No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o ganho de 150.000 euros (Nota 4) registado nesta mesma rubrica corresponde ao montante recebido da Telefónica na sequência da alienação de 1 ação da

Brasilcel anteriormente detida pela Empresa, no âmbito da alienação pelo Grupo da totalidade da participação de 50% na Brasilcel concretizada em setembro de 2010, tendo as restantes 49.999 ações sido alienadas pela empresa participada PT Móveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a rubrica “Outros ganhos e perdas em empresas participadas” inclui fundamentalmente o montante de 2.396.573 euros (Nota 14.5) relativo ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial relacionados com uma empresa participada liquidada em 2011, e que por esse motivo foi transferido para resultado líquido.

## 20. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
Serviços de suporte	1.422.469	2.304.508
Trabalhos especializados	1.409.380	2.232.878
Seguros	547.458	574.621
Rendas e alugueres	338.612	357.151
Deslocações e estadas	403.617	325.565
Outros	1.060.792	5.586.432
	<b>5.182.328</b>	<b>11.381.155</b>

## 21. Gastos com o pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
Remunerações:		
Orgãos sociais	13.640.179	6.761.445
Pessoal	573.180	828.214
Encargos sociais:		
Orgãos sociais	248.756	183.098
Pessoal	154.869	101.734
Outros	201.948	70.127
	<b>14.818.932</b>	<b>7.944.618</b>

## 22. Aumentos/(reduções) de justo valor

Esta rubrica respeita à variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa e apresenta a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	euros	
	2011	2010
Swaps de taxa de juro (Nota 9)	796.199	949.947
Currency swaps com componente cambial e de taxa de juro (Nota 9)	(605.543)	230.729
	<b>190.656</b>	<b>1.180.676</b>

## 23. Outros rendimentos e ganhos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe desta rubrica é conforme segue:

	euros	
	2011	2010
Diferenças de câmbio favoráveis	1.392.596	1.320.165
Juros de mora	321.003	2.141.618
Outros	3.801.131	22.863
	<b>5.514.730</b>	<b>3.484.646</b>

## 24. Outros gastos e perdas

Esta rubrica inclui essencialmente: (1) contribuições a realizar a favor das Páginas Amarelas nos montantes de 4,5 milhões de euros em 2011 e 8,5 milhões de euros em 2010 (Nota 18), no âmbito do acordo parassocial celebrado entre a Empresa e o outro acionista desta participada, o qual prevê que os acionistas, incluindo a Portugal Telecom, sejam obrigados a fazer estas contribuições de forma a assegurar determinados rácios de rentabilidade pré-definidos; (2) gastos com donativos nos montantes de 2,1 milhões de euros em 2011 e 2,0 milhões de euros em 2010; e (3) um prémio de carácter extraordinário pago em dezembro de 2010 à maioria dos colaboradores do Grupo PT no montante total de aproximadamente 14,3 milhões de euros, o qual está relacionado com o sucesso da operação de alienação da participação financeira na Brasilcel.

## 25. Juros e rendimentos/gastos similares

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2011	2010
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos (a)	138.465.282	75.539.615
Diferenças de câmbio favoráveis (b)	9.808.708	24.341.874
Dividendos pagos pela Vortal (Nota 4)	142.675	97.642
	<b>148.416.665</b>	<b>99.979.131</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados (a)	(104.771.376)	(203.760.544)
Comissões e outros encargos bancários	(9.739.858)	(8.096.190)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(2.237.717)	(325.200)
Outros	(1.228.243)	(1.848.161)
	<b>(117.977.194)</b>	<b>(214.030.095)</b>

(a) Em 2011 e 2010, o detalhe dos juros obtidos e suportados é conforme segue:

	euros	
	2011	2010
<b>Juros obtidos</b>		
Financiamentos concedidos a empresas do Grupo	95.023.790	56.998.615
Depósitos a prazo	40.413.953	18.531.702
Outras aplicações	2.892.234	-
Outros	135.305	9.298
	<b>138.465.282</b>	<b>75.539.615</b>
<b>Juros suportados</b>		
Empréstimos bancários	(64.484.232)	(164.706.825)
Empréstimos obrigacionistas	(40.157.608)	(38.954.538)
Financiamentos obtidos de empresas do Grupo	(65.055)	(99.181)
Outros	(64.481)	-
	<b>(104.771.376)</b>	<b>(203.760.544)</b>

A redução dos juros suportados é explicada fundamentalmente pela diminuição dos montantes em dívida no âmbito de financiamentos obtidos, conforme discriminado na Nota 16. O aumento dos juros obtidos reflete a revisão em alta do custo dos financiamentos concedidos a empresas do Grupo, de modo a refletir as condições do mercado, e o aumento do saldo médio de caixa e depósitos bancários ao longo do ano.

(b) Esta rubrica inclui ganhos de 7.910.783 euros e 24.080.096 euros em 2011 e 2010 (Nota 8), respetivamente, relacionados com um financiamento concedido à Africatel que está denominado em Dólares.

## 26. Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi calculado da seguinte forma:

	euros	
	2011	2010
Resultado líquido	342.259.821	5.124.694.888
Juros de obrigações convertíveis (líquido de imposto)	30.18.206	28.631.585
<b>Resultado líquido diluído</b>	<b>372.378.027</b>	<b>5.153.326.473</b>
Número médio ponderado de ações em circulação	864.161.921	896.512.500
Efeito das obrigações convertíveis	74.833.069	64.655.173
<b>Número médio ponderado de ações em circulação, diluído</b>	<b>938.994.990</b>	<b>961.167.673</b>
<b>Resultado líquido por ação básico</b>	<b>0,40</b>	<b>5,72</b>
<b>Resultado líquido por ação diluído</b>	<b>0,40</b>	<b>5,36</b>

Em 2011 e 2010, os efeitos dilutivos correspondem ao impacto das obrigações convertíveis emitidas pela Empresa em 2008 (Nota 16).

A alteração na rubrica “Efeito das obrigações convertíveis” diz respeito aos ajustamentos ao preço de conversão das obrigações convertíveis em resultado dos dividendos pagos em dezembro de 2010 e junho de 2011.

## 27. Garantias e outros compromissos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa tinha apresentado as seguintes garantias e outros compromissos financeiros a favor de terceiros:

	euros	
	2011	2010
Garantias bancárias apresentadas pela empresa a favor de terceiros:		
Administração fiscal	267.320.040	235.238.181
Kenya Postel Directories	300.000	-
Garantias bancárias a favor de tribunais	-	378.380
<b>Total das garantias bancárias apresentadas</b>	<b>267.620.040</b>	<b>235.616.561</b>
<b>Cartas de conforto e avales a favor de terceiros:</b>		
Fiança ao Serviço de Finanças de Lisboa	26.500.378	28.492.845
Fiança à Câmara Municipal do Seixal	4.753.828	-
Outras	618.394	342.877
<b>Total das cartas de conforto e avales</b>	<b>31.872.600</b>	<b>28.835.722</b>

Em 31 de dezembro de 2011, o valor das garantias bancárias apresentadas a favor de terceiros inclui:

- Apresentação de garantias bancárias ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa, correspondente a liquidações adicionais de IRC dos exercícios de 2004 a 2008 e de IS dos exercícios de 2008 e 2009, no montante total de 267.320.040 euros (Nota 15).
- Apresentação de garantia bancária ao Commercial Bank of Africa Limited Nairobi, correspondente a um litígio no montante de 300.000 euros;



Em 31 de dezembro de 2011, o valor das fianças prestadas a favor de terceiros inclui:

- Emissão de fiança ao 8º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A., atualmente incorporada na PT Comunicações, correspondente a liquidações adicionais de IRC de 1997 a 1999 no valor total de 16.500.043 euros;
- Emissão de fiança ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a uma liquidação de IVA de 2000, no montante de 1.084.093 euros;
- Emissão de fianças ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a liquidações adicionais de IRC de 2002, no montante de 996.940 euros;
- Emissão de fianças ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondentes a liquidações adicionais de IRC de 2003, no montante de 222.289 euros, e a liquidação de IVA de 2003, no montante de 2.179.095 euros;
- Emissão de fianças ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a liquidações de IVA de 2004, no montante de 3.172.887 euros;
- Emissão de fiança ao 4º Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a liquidação de IRC de 2004, no montante de 2.345.032 euros;
- Emissão de fiança à Câmara Municipal do Seixal a favor da PT Comunicações, correspondente a uma dívida no montante de 4.753.828 euros.
- Emissão de fiança ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social a favor da PT Comunicações, correspondente a uma dívida no montante de 222.064 euros, e a favor da PT Centro Corporativo, correspondente a uma dívida no montante de 38.286 euros.
- Emissão de declaração à Câmara Municipal de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a uma dívida no montante de 318.686 euros.

## 28. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

No dia 21 de janeiro de 2012, no seguimento da revisão do rating de crédito soberano para BB, a Standard & Poors anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o rating de longo prazo de BBB- para BB+, com outlook negativo, e o rating de curto prazo de A-3 para B (Nota 16).

Nas assembleias gerais das empresas que constituem o grupo Oi (Grupo controlado conjuntamente pela Empresa), realizadas no dia 27 de fevereiro de 2012, foi aprovada a simplificação societária da Oi. Tal aprovação leva a que a atual estrutura societária constituída pela Tele Norte Leste Participações S.A., Telemar Norte Leste S.A. e Brasil Telecom S.A. seja integrada apenas na Brasil Telecom, a qual será redenominada Oi S.A. e terá apenas duas classes de ações (ON, ações ordinárias, e PN, ações preferenciais), transacionadas na Bovespa e na NYSE. Em consequência da aprovação referida, serão emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A.. O número de



ações em circulação e por consequência a posição final da Telemar Participações S.A., veículo controlador da Oi, e da Portugal Telecom serão apuradas após o exercício do direito de recesso por parte dos acionistas com direito a tal, sendo que a posição económica estimada da Portugal Telecom na Oi, direta e indireta, será entre 21,5% e 25,1%. O prazo de requerimento do recesso expira em 29 de Março de 2012.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 22 de março de 2012, estando ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

## Participações qualificadas e posições económicas longas

Nos termos do Regulamento nº 5/2008 da CMVM, presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas e posições económicas longas detidas por terceiros no capital social da PT de que a sociedade foi informada por referência a 31 de Dezembro de 2011 ou a data anterior conforme indicado:

- A 30 de dezembro de 2011, o Grupo Banco Espírito Santo (“Grupo BES”) detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 101.697.989 ações da PT, representativas de 11,34% do capital social e dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários (“CVM”):

Entidades	Nº ações
BES	4.218
Sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	101.676.327
Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização do BES	17.444
<b>Total</b>	<b>101.697.989</b>

No dia 15 de fevereiro de 2012, a PT divulgou que o BES detinha uma participação qualificada correspondente a 93.697.989 ações da PT, representativas de 10,45% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.

- A 2 de junho de 2011, a PT informou que era imputável à RS Holding, SGPS, S.A. (“RS Holding”) uma participação qualificada e posição económica longa correspondentes a 90.111.159 ações da PT, correspondentes a 10,05% do respetivo capital social e direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:

Entidades	Nº ações
Nivalis Holding BV (“Nivalis”)	90.099.969
Nuno Rocha dos Santos Almeida Vasconcellos	11.190
<b>Total</b>	<b>90.111.159</b>

A PT foi informada de que: (i) a Insight Strategic Investments, SGPS, S.A. (“Insight”) e a Ongoing – Strategy Investments, SGPS, S.A. (“Ongoing”) são as acionistas únicas da Nivalis, detendo, respetivamente, uma participação correspondente a 62,55% e 37,45% dos direitos de voto naquela sociedade; (ii) a Ongoing é a acionista maioritária da Insight; e (iii) a RS Holding é a acionista maioritária da Ongoing. Por outro lado, a Senhora D.



Isabel Rocha dos Santos é a acionista maioritária da RS Holding. O acionista Nuno Rocha dos Santos Almeida Vasconcellos é administrador da Insight, da Ongoing e da RS Holding.

- A 23 de setembro de 2011, a PT informou que a Capital Research and Management Company detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 89.403.498 ações da PT, representativas de 9,97% do capital social e dos direitos de voto da PT.

A PT foi informada de que as ações correspondentes a estas participações qualificadas eram detidas pelos seguintes fundos de investimento geridos, com poderes discricionários, pela Capital Research and Management Company:

Entidades	Nº ações
Capital Income Builder	342.000
Capital International - Global Equity Fund	220.000
EuroPacific Growth Fund	26.045.000
Fundamental Investors	5.249.457
The Income Fund of America	44.007.219
International Growth and Income Fund	8.155.859
New World Fund, Inc.	615.000
American Funds Insurance Series - Global Balanced Fund	15.660
American Funds Insurance Series - Global Growth and Income Fund	2.212.877
American Funds Insurance Series - New World Fund	200.000
American Funds Insurance Series – High Income Bond Fund e American High-Income Trust	(1)

(1) Obrigações permutáveis correspondentes a 0,26% dos direitos de voto na PT.

No dia 13 de fevereiro de 2012, a PT divulgou que a Capital Research and Management Company detinha uma participação qualificada correspondente a 42.952.953 ações da PT, representativas de 4,79% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.

- A 30 de novembro de 2011, era imputável à Telemar Norte Leste SA ("TMAR") uma participação qualificada correspondente a 64.557.566 ações da PT, representativas de 7,20% do respetivo capital social e direitos de voto.

A TMAR é controlada pela Tele Norte Leste Participações S.A., a qual é controlada pela Telemar Participações S.A. Por sua vez, a Telemar Participações S.A. é conjuntamente controlada pelas seguintes entidades: AG Telecom Participações, S.A., L.F. Tel S.A., Luxemburgo Participações S.A., Fundação Atlântico de Seguridade Social, BNDES Participações S.A. - BNDESPar., Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do

Brasil – PREVI, Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS e Bratel Brasil, S.A.

- A 31 de Dezembro de 2011, o Grupo Caixa Geral de Depósitos (“Grupo CGD”) detinha uma participação qualificada correspondente a 56.011.952 ações da PT, representativas de 6,25% do respetivo capital social e direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do Grupo CGD calculada nos termos do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº ações
Caixa Geral de Depósitos	54.771.741
Parcaixa, SGPS, S.A.	126.800
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A.	589.552
Caixa Banco de Investimento	100.000
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	17.831
Fundo de Pensões da CGD	406.028
<b>Total</b>	<b>56.011.952</b>

- A 27 de dezembro de 2011, a PT informou que era imputável ao UBS AG uma participação qualificada na PT correspondente a 45.309.635 ações, representativas de 5,05% do respetivo capital social e direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:

Entidades	Nº ações
UBS AG	19.358.816
UBS AG por conta de diversos dos seus clientes	13.470.779
CCR Asset Management	1.442.458
UBS Financial Services Inc.	223.498
UBS Fund Management (Switzerland) AG	1.155.933
UBS Fund Services (Luxembourg) SA	4.844.021
UBS Global Asset Management (Americas) Inc	15.597
UBS Global Asset Management (Japan) Ltd	135.084
UBS Global Asset Management (Deutschland) GmbH	582.505
UBS Global Asset Management (UK) Ltd	3.800.379
UBS Global Asset Management Life Ltd	173.683
UBS O`Connor LLC	106.882
<b>Total</b>	<b>45.309.635</b>

No dia 12 de janeiro de 2012, a PT divulgou que a UBS AG detinha uma participação qualificada correspondente a 42.024.498 ações da PT, representativas de 4,69% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.

- A 13 de dezembro de 2011, a PT informou que o Norges Bank detinha uma participação qualificada correspondente a 44.852.919 ações da PT, representativas de 5,00% do respectivo capital social e direitos de voto.

No dia 6 de fevereiro de 2012, a PT divulgou que o Norges Bank detinha uma participação qualificada correspondente a 44.442.888 ações da PT, representativas de 4,96% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.

- A 23 de setembro de 2011, a PT informou que o The Income Fund of America, Inc. (“IFA”) detinha uma participação qualificada de 44.575.845 ações da PT, representativas de 4,97% do respectivo capital social e direitos de voto.

A PT foi informada de que o IFA conferiu poderes à Capital Research and Management Company para exercer os direitos de voto correspondentes a esta participação qualificada.

No dia 3 de fevereiro de 2012, a PT divulgou que o IFA passou a deter uma participação de menos de 2% do capital da PT e dos correspondentes direitos de voto.

- A 31 de dezembro de 2011, a Brandes Investment Partners, L.P. (controlada por Brandes Investment Partners, Inc., Brandes Worldwide Holdings, L.P., Charles H. Brandes, Glenn R. Carlson e Jeffrey A. Busby) detinha poderes para exercer, por conta dos seus clientes, direitos de voto inerentes a um total de 25.695.675 ações da PT (das quais 5.586.786 correspondiam a ações ao abrigo de American Depositary Receipts, representando cada uma uma ação ordinária, e 20.108.889 eram ações ordinárias), representativas de 2,87% do capital social da PT, o que corresponde a uma participação qualificada de igual montante, estando ainda autorizada a exercer, por conta dos seus clientes, direitos de disposição relativos a 34.628.566 ações da PT (das quais 8.891.612 correspondiam a ações ao abrigo de American Depositary Receipts, representando cada uma uma ação ordinária, e 25.736.954 eram ações ordinárias), representativas de 3,86% do capital social da PT. O número total de ações relativamente aos quais, àquela data, a Brandes Investment Partners, L.P. detinha poderes de disposição e/ou exercício de direitos de voto era de 34.628.566 ações da PT, representativas de 3,86% do respectivo capital social, fato que foi divulgado pela Brandes Investment Partners, L.P. como beneficial ownership nos termos da legislação norte-americana aplicável.

- A 11 de outubro de 2010, a PT informou que o Europacific Growth Fund (“EUPAC”) detinha uma participação qualificada na PT correspondente a 18.061.608 ações, representativas de 2,01% do respectivo capital social e direitos de voto.

A PT foi informada de que o EUPAC conferiu poderes à Capital Research and Management Company para exercer os direitos de voto correspondentes a esta participação qualificada.

Entretanto, por meio dos comunicados de participações qualificadas que lhe são remetidos pela Capital Research and Management Company, a PT tomou conhecimento de alterações nesta participação qualificada, tendo divulgado, no dia 20 de fevereiro de 2012, no âmbito de informação sobre participação da Capital Research and Management Company, que o EUPAC passou a deter uma participação qualificada correspondente a 23.045.000 ações da PT, representativas de 2,57% do capital social e dos direitos de voto.

- A 12 de dezembro de 2011, a PT informou que o Barclays Plc detinha uma posição económica longa correspondente a 23.689.084 ações da PT, representativas de uma participação de 2,64% do respetivo capital social e direitos de voto, calculada de acordo com o artigo 20 da CVM, através das seguintes entidades:

Entidades	Nº ações
Barclays Bank Plc	1.121
Barclays Bank Plc – France	944
Barclays Merchant Bank (Singapore) Ltd	4.260.000
Palomino	719.174
Barclays Capital Securities Ltd	18.600.515
Barclays Wealth Managers Portugal – SGFIM S.A.	107.330
<b>Total</b>	<b>23.689.084</b>

No dia 6 de março de 2012, a PT divulgou que o Barclays Plc detinha uma posição económica longa relativa a 22.791.762 ações da PT, representativas de 2,54% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.

- A 31 de dezembro de 2010, era imputável ao Grupo Visabeira SGPS, S.A. (“Grupo Visabeira”, empresa detida em 77,85% pelo Senhor Engenheiro Fernando Campos Nunes) uma participação qualificada de 23.642.885 ações da PT, representativas de 2,64% do respetivo capital social e direitos de voto, nos seguintes termos:

Entidades	Nº ações
Grupo Visabeira	11.523.213
Visabeira Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. (empresa detida em 100% pela Visabeira Estudos e Investimentos, S.A., a qual era detida em 100% pela Visabeira Serviços, SGPS, S.A., que por sua vez era detida em 100% pelo Grupo Visabeira)	12.119.672
<b>Total</b>	<b>23.642.885</b>

- A 14 de dezembro de 2011, a PT informou que o JPMorgan Chase & Co. (“JPMorgan”) detinha uma participação qualificada e uma posição económica longa na PT correspondentes a 21.590.141 ações, representativas de 2,41% do respetivo capital social e direitos de voto.

Adicionalmente, a PT foi informada de que as ações correspondentes a tal participação qualificada e posição económica longa são diretamente detidas pelo J.P. Morgan Securities Ltd., uma subsidiária do JPMorgan.

No dia 9 de janeiro de 2012, a PT divulgou que o JPMorgan passou a deter uma participação na PT inferior a 2% do respetivo capital social e dos correspondentes direitos de voto.

- A 10 de dezembro de 2009, era imputável ao BlackRock Inc. uma participação qualificada na PT de 21.025.118 ações representativas de 2,35% do capital social e dos respetivos direitos de votos. Adicionalmente, a PT foi informada de que as referidas ações e direitos de voto eram detidos através da BlackRock Investment Management (UK) Limited.
- A 3 de fevereiro de 2010, era imputável à Controlinveste International Finance, S.A. uma participação qualificada na PT de 20.419.325 ações, representativas de 2,28% do capital social e dos respetivos direitos de voto.

A PT foi informada de que a Controlinveste International Finance, S.A. era integralmente detida pela Controlinveste International, S.A.R.L., que era detida pela Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. e pela Olivedesportos – Publicidade, Televisão e Media, S.A., sendo a Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. integralmente detida pela Olivedesportos – Publicidade, Televisão e Media, S.A., a qual era, por sua vez, integralmente detida pela Sportinveste, SGPS, S.A. Esta última sociedade era integralmente detida pela Controlinveste, SGPS, S.A., que era, por sua vez, integralmente





detida pelo Senhor Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira, ao qual continuavam a ser imputáveis, nos termos do nº 1 do artigo 20º do CVM, os direitos de voto correspondentes à referida participação social de 20.419.325 ações da PT representativas de 2,28% do respetivo capital social.

- A 24 de junho de 2010, a Telefónica, S.A. detinha 18.122.661 ações da PT, representativas de 2,02% do respetivo capital social e direitos de voto.

A referida participação qualificada foi comunicada pela Telefónica à PT no dia 23 de junho de 2010, tendo posteriormente a CMVM comunicado ao mercado, no dia 28 de junho de 2010, o projeto de decisão do seu Conselho Diretivo no sentido de entender que os direitos de voto inerentes às ações abrangidas por contratos de equity swap, devem continuar a imputar-se à Telefónica. Até à presente data, não foi divulgada qualquer decisão definitiva pela CMVM, nem a Telefónica comunicou à PT qualquer alteração ou correção relativa àquela participação qualificada.

No dia 22 de janeiro de 2012, a PT divulgou que a Telefónica passou a deter uma participação social correspondente a menos de 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT e uma posição económica longa relativa a 44.640.099 ações da PT, representativas de 4,98% do respetivo capital social.

## Informação a prestar nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

**I. Número de ações e de obrigações emitidas pela PT e por sociedades que com esta se encontram em relação de domínio ou de grupo de que são titulares os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da PT, a 31 de Dezembro de 2011**

**Conselho de Administração (incluindo membros da Comissão de Auditoria)**

Henrique Granadeiro é titular de 150 ações da PT.

Zeinal Bava é titular de 63.161 ações da PT.

Luís Pacheco de Melo é titular de 45 ações da PT.

Alfredo José Silva de Oliveira Baptista é titular de 8.193 ações da PT.

Carlos Alves Duarte é titular de 40 ações da PT.

Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão é titular de 758 ações da PT.

Manuel Rosa da Siva é titular de 90 ações da PT.

Shakhaf Wine não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Otávio Marques de Azevedo não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Otávio Marques de Azevedo é Presidente do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A., holding controladora da Oi, que detém uma participação qualificada correspondente a um total de 64.557.566 ações ordinárias da PT, representativas de 7,20% do capital social e respetivos direitos de voto.



Francisco Manuel Marques Bandeira é titular de 287 ações da PT. O cônjuge é titular de 236 ações da PT. Francisco Manuel Marques Bandeira é membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, que detém uma participação qualificada correspondente a 56.011.952 ações da PT, representativas de 6,25% do respetivo capital social e direitos de voto.

José Guilherme Xavier de Basto não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

João Manuel de Mello Franco é titular de 12.986 ações da PT. O cônjuge é titular de 322 ações da PT.

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes é titular de 2.437 ações da PT. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes é membro do Conselho de Administração do BES, que a 31 de dezembro de 2011, detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 101.697.989 ações da PT, representativas de 11,34% do capital social e dos direitos de voto da PT. No dia 15 de fevereiro de 2012, a PT divulgou que o BES detinha uma participação qualificada correspondente a 93.697.989 ações da PT, representativas de 10,45% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.

Mário João de Matos Gomes não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Pedro Jereissati não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Pedro Jereissati é Diretor-Presidente da Telemar Participações S.A., holding controladora da Oi, que detém uma participação qualificada correspondente a um total de 64.557.566 ações ordinárias da PT, representativas de 7,20% do capital social e respetivos direitos de voto.

Gerald Stephen McGowan não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Rafael Luís Mora Funes não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 501 ações da PT. Rafael Luís Mora Funes é membro do Conselho de Administração



da RS Holding, SGPS, S.A., que detém uma participação qualificada de 90.111.159, correspondente a 10,05% do capital social e dos direitos de voto.

Maria Helena Nazaré não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires é titular de 3.242 ações da PT. Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires é membro do Conselho de Administração do BES, que a 31 de dezembro de 2011, detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 101.697.989 ações da PT, representativas de 11,34% do capital social e dos direitos de voto da PT. No dia 15 de fevereiro de 2012, a PT divulgou que o BES detinha uma participação qualificada correspondente a 93.697.989 ações da PT, representativas de 10,45% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.

Francisco Teixeira Pereira Soares não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Jorge Humberto Correia Tomé não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Jorge Humberto Correia Tomé é membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, que detém uma participação qualificada de 56.011.952 ações ordinárias da PT, correspondente a 6,25% do respetivo capital social e direitos de voto.

Paulo José Lopes Varela é titular de 7.134 ações da PT. Paulo José Lopes Varela é membro do Conselho de Administração do Grupo Visabeira, que detém uma participação qualificada de 23.642.885 ações ordinárias da PT, correspondente a 2,64% do respetivo capital social e direitos de voto.

Milton Almicar Silva Vargas não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos é titular de 11.190 ações da PT. Nuno de Almeida e Vasconcellos é Presidente do Conselho de Administração da RS Holding, SGPS, S.A., que detém uma participação qualificada de 90.111.159 ações ordinárias da PT, correspondente a 10,05% do respetivo capital social e direitos de voto.

## Revisor Oficial de Contas

Pedro Matos Silva, Revisor Oficial de Contas efetivo não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

## II. Transações sobre ações e obrigações emitidas pela PT, ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, realizadas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da PT

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários e no artigo 14º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, presta-se a seguinte informação respeitante às aquisições, onerações ou cessações de titularidade, por qualquer causa, realizadas no exercício de 2011 pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da PT e pelas demais entidades mencionadas no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais sobre ações e obrigações emitidas pela PT, ou por sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo:

- O Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) informou a PT de que a Avistar, SGPS, S.A. (“Avistar”), sociedade integralmente detida pelo BES, realizou as seguintes transações sobre ações da PT durante o primeiro semestre de 2011:

<i>Data</i>	<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>N.º de Ações</i>	<i>Preço Médio (€)</i>
27-01-2011	Compra	Mercado Regulamentado	750.000	8,54
20-05-2011	Compra	Mercado Regulamentado	4.000.000	8,72
08-06-2011	Compra	Mercado Regulamentado	250.000	7,32
08-06-2011	Venda	Mercado Regulamentado	4.000.000	7,33
14-06-2011	Compra	Mercado Regulamentado	100.000	7,12

- Em 22 de agosto, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes operações sobre ações da PT:

<i>Data</i>	<i>Transações</i>	<i>Local</i>	<i>N.º de Ações</i>	<i>Preço (€)</i>
05-08-2011	Compras	Mercado Regulamentado	455.556	5,71
			100.547	5,70
			46.159	5,69
			44.915	5,68
			51.615	5,67
			58.551	5,66
			425	5,65
			3.500	5,64
			24.095	5,63
			9.500	5,61
			5.000	5,60
			6.025	5,59
			2.613	5,58
			16.422	5,56
			1.500	5,55
			8.654	5,54
10.363	5,52			
2.861	5,51			
08-08-2011	Compras	Mercado Regulamentado	183.265	5,71
			40.398	5,70
			7.921	5,69
			35.000	5,68
			30.007	5,67
			8.471	5,66
			21.301	5,65
			5.000	5,64
09-08-2011	Compras	Mercado Regulamentado	4.286	5,65
			33.534	5,60
			7.227	5,59
			5.000	5,58
			25.169	5,57
			25.000	5,56
			42.500	5,55
			10.499	5,54
			25.468	5,53
			88.700	5,52
			1.000	5,51
			88.818	5,50
			5.000	5,49
2.500	5,47			
09-08-2011	Vendas	Mercado Regulamentado	5.000	5,63
			13.248	5,62
			52.106	5,61
			162.931	5,60
			20.158	5,59

<i>Data</i>	<i>Transações</i>	<i>Local</i>	<i>N.º de Ações</i>	<i>Preço (€)</i>
			4.537	5,58
09-08-2011	Compras	Fora de Mercado Regulamentado	6.000.000	5,58
10-08-2011	Vendas	Mercado Regulamentado	3.918	5,83
			50.538	5,82
			22.919	5,81
			44.637	5,80
			40.548	5,79
			60.224	5,78
			51.452	5,77
			107.000	5,76
			78.071	5,75
11-08-2011	Vendas	Mercado Regulamentado	14.679	5,78
12-08-2011	Vendas	Mercado Regulamentado	40.000	5,95
			16.220	5,93
			15.000	5,92
			5.000	5,91
			45.000	5,90
			80.000	5,89
			79.079	5,88
			111.713	5,87
			42.000	5,86
			119.866	5,85
			100.000	5,84
			43.959	5,83
			42.627	5,82
			26.832	5,81
			18.000	5,80
17.000	5,79			
10.092	5,78			
16-08-2011	Vendas	Fora de Mercado Regulamentado	6.000.000	5,57

- Em 15 de setembro, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes operações sobre ações da PT:

<i>Data</i>	<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>Nº de Ações</i>	<i>Preço (€)</i>
12-Set-11	Compra	Mercado Regulamentado	104.563	5,53
			16.223	5,54
			61.636	5,55
			165.003	5,56
			30.144	5,57
			45.000	5,58
13-Set-11	Compra	Mercado Regulamentado	7.855	5,32
			11.953	5,33
			30.618	5,34
			27.688	5,35
			47.682	5,36
			40.885	5,37
			7.531	5,38
			14.037	5,39
			46.012	5,40
			22.739	5,41
			25.000	5,42
			10.000	5,43
			20.297	5,44
			57.354	5,45
			55.100	5,46
			17.156	5,47
			32.334	5,48
			21.252	5,49
			19.727	5,50
			4.927	5,51
63.126	5,52			
17.928	5,53			
117.426	5,54			
463.147	5,55			

Adicionalmente, a PT foi informada de que a Avistar realizou as seguintes transações sobre ações da PT:

a) no dia 12 de Setembro de 2011:

- Aquisição de 3 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço médio de €5,56;
- Celebração de dois instrumentos financeiros, uma call option e uma sell option, relativos a 3 milhões de ações da PT, pelo prazo de três semanas e cujo valor é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente.



b) no dia 13 de Setembro de 2011:

- Aquisição de 6 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço médio de €5,42;
  - Celebração de quatro instrumentos financeiros, duas call options e duas sell options, relativos a 6 milhões de ações da PT, pelo prazo de três semanas e cujo valor é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente.
- Em 28 de setembro, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes operações sobre ações da PT:

<i>Data</i>	<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Preço (€)</i>
22-set-11	Compra	Mercado Regulamentado	129.802	5,30
			7.635	5,34
			10.000	5,35
			12.036	5,36
			79.202	5,37
			167.746	5,38
			165.617	5,39
			575.399	5,40
23-set-11	Compra	Mercado Regulamentado	1.564	5,17
			10.000	5,18
			18.364	5,19
			18.864	5,20
			19.002	5,21
			24.013	5,22
			24.720	5,23
			19.305	5,24
			21.479	5,25
			26.608	5,26
			43.294	5,27
			15.475	5,28
			9.946	5,29
			7.366	5,30

Adicionalmente, a PT foi informada de que a Avistar realizou as seguintes transações:

a) no dia 22 de setembro de 2011:

- Aquisição de 5 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço médio de €5,40;
- Celebração de dois instrumentos financeiros, uma *call option* e uma *put option*, relativos a 2 milhões de ações da PT, com maturidade em 30 de setembro de 2011;
- Celebração de um Total Return Share Swap relativo a 3 milhões de ações PT com maturidade no dia 7 de outubro de 2011.

b) no dia 23 de setembro de 2011:

- Aquisição de 6 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço médio de €5,25;
- Alienação de 6 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço médio de €5,20;
- Celebração de dois instrumentos financeiros, uma *call option* e uma *put option*, relativos a 6 milhões de ações da PT, com maturidade a 14 de outubro de 2011.

c) no dia 26 de setembro de 2011:

- Alienação de 2 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço médio de €5,41;
- Em 30 de setembro, na sequência de aditamentos a comunicações que lhe foram remetidas pelo BES, a PT informou o seguinte relativamente às transações de dirigentes realizadas pela Avistar que haviam sido divulgadas ao mercado nos dias 15 e 28 de setembro de 2011:
  - Transações divulgadas no dia 15 de setembro de 2011: a PT foi informada de que a aquisição de 6.000.000 de ações da PT realizada no dia 13 de setembro de 2011, fora de mercado regulamentado, contemplou a compra de um conjunto de 3.000.000 de ações da PT ao preço unitário de € 5,35 e de um conjunto de 3.000.000 de ações da PT ao preço unitário de €5,48;
  - Transações divulgadas no dia 28 de setembro de 2011: a PT foi informada de que a aquisição de 5.000.000 de ações da PT realizada no dia 22 de setembro de 2011, fora de mercado regulamentado, contemplou a compra de um conjunto de 2.000.000 de ações da PT e de um outro conjunto de 3.000.000 de ações da PT, ambos ao preço unitário de €5,40.

- Em 11 de outubro, o BES informou a PT de que a Avistar realizou, em 4 de outubro de 2011, as seguintes transações sobre ações da PT:
  - Aquisição de 3 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €5,20 por ação;
  - Aquisição de 3 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €5,15 por ação;
  - Alienação de 3 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €5,18 por ação.

Foi ainda comunicado que, no dia 7 de outubro de 2011, a Avistar alienou 3 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €5,36 por ação.

- Em 19 de outubro, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes operações sobre ações da PT:
  - Alienação, a 14 de outubro de 2011, de 6 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €5,31 por ação;
  - Alienação, a 18 de outubro de 2011, de 3 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €5,27 por ação;
- Em 31 de outubro, o BES informou a PT de que a Avistar realizou em 25 de outubro de 2011 as seguintes operações sobre ações da PT:
  - Alienação de 3 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €5,149 por ação;
  - Aquisição de 4 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €5,05 por ação;
  - Aquisição de 4 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €5,08 por ação;
  - Celebração de quatro instrumentos financeiros, duas call options e duas put options, relativos a 8 milhões de ações da PT, com maturidade a 3 de novembro de 2011 e cujo valor é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente.

- Em 8 de novembro, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes operações sobre ações da PT:
  - Aquisição, a 1 de novembro de 2011, de 4 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €5,05 por ação;
  - Aquisição, a 1 de novembro de 2011, de 8 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €4,85 por ação;
  - Alienação, a 1 de novembro de 2011, de 4 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €4,85 por ação;
  - Celebração, a 1 de novembro de 2011, de três instrumentos financeiros, uma call option, uma put option e um total return swap, relativos a 12 milhões de ações da PT, com maturidade a 15 de novembro de 2011 e cujo valor é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente;
  - Aquisição, a 2 de novembro de 2011, de 4 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €4,80 por ação;
  - Celebração, a 2 de novembro de 2011, de dois instrumentos financeiros, uma call option e uma put option, relativos a 4 milhões de ações da PT, com maturidade a 2 de dezembro de 2011 e cujo valor é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente;
  - Alienação, a 3 de novembro de 2011, de 4 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €5,0414 por ação;
  - Alienação, a 7 de novembro de 2011, de 8 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €5,05 por ação.
  
- Em 18 de novembro, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes operações sobre ações da PT:
  - Alienação a 16 de novembro de 2011, de 4 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de €4,911 por ação.

- Em 28 de novembro, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes operações sobre ações da PT:

<i>Data</i>	<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>Nº de Ações</i>	<i>Preço por ação (€)</i>
22-nov-11	Aquisição	Mercado Regulamentado	374.697	4,54
			54.244	4,52
23-nov-11	Aquisição	Mercado Regulamentado	1.000	4,487
			1.970	4,488
			2.000	4,489
			365.889	4.49

Adicionalmente, a PT foi informada de que a Avistar realizou as seguintes transações sobre ações da PT, fora de mercado regulamentado:

a) no dia 21 de novembro de 2011:

- Aquisição de 8 milhões de ações da PT ao preço de €4,72 por ação;
- Aquisição de 4 milhões de ações da PT ao preço de €4,66 por ação.
- Celebração de três instrumentos financeiros, uma call option e uma put option relativos a 8 milhões de ações da PT, com maturidade a 2 de janeiro de 2012, e um Total Return Swap relativo a 4 milhões de ações da PT, com maturidade a 2 de dezembro de 2011, cujo valor é apurado em função do valor de mercado dos ativos subjacentes.

b) no dia 22 de novembro de 2011:

- Aquisição de 8 milhões de ações da PT ao preço de €4,63 por ação;
- Alienação de 4 milhões de ações da PT ao preço de €4,62 por ação;
- Celebração de dois instrumentos financeiros, uma call option e uma put option, relativos a 8 milhões de ações da PT, com maturidade a 2 de dezembro de 2012 e cujo valor é apurado em função do valor de mercado dos ativos subjacentes.

c) no dia 23 de novembro de 2011:

- Alienação de 8 milhões de ações da PT ao preço de €4,5555 por ação;
- Alienação de 8 milhões de ações da PT ao preço de €4,6212 por ação;
- Aquisição de 8,5 milhões de ações da PT ao preço de €4,51 por ação;
- Celebração de dois instrumentos financeiros, uma call option e uma put option, relativos a 8,5 milhões de ações da PT, com maturidade a 5 de dezembro de 2012 e cujo valor é apurado em função do valor de mercado dos ativos subjacentes.

- Em 9 de dezembro, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes operações sobre ações da PT:

<i>Data</i>	<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>Nº de Ações</i>	<i>Preço (€) / ação</i>
2-dez-11	Alienação	Mercado Regulamentado	100.000	4,725
	Alienação	Mercado Regulamentado	250.000	4,725

Adicionalmente, a PT foi informada de que a Avistar procedeu às seguintes transações:

- no dia 2 de dezembro de 2011, alienação de 4 milhões de ações da PT, fora de mercado regulamentado, ao preço de € 4,725 por ação.
- no dia 5 de dezembro de 2011, celebração de dois instrumentos financeiros, uma call option e uma put option, relativos a 8,5 milhões de ações da PT, com maturidade a 12 de dezembro de 2011 e cujo valor é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente.

- Em 14 de dezembro, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes operações sobre ações da PT:
  - Alienação a 12 de dezembro de 2011, em mercado não regulamentado, 8.500.000 ações da PT ao preço de € 4,651 por ação.

- Em 27 de dezembro, o BES informou a PT de que a Avistar realizou as seguintes operações sobre ações da PT:

<i>Data</i>	<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>Nº de Ações</i>	<i>Preço (€) / ação</i>
16-dez-11	Aquisição	Fora de mercado regulamentado	4.000.000	4,481
19-dez-11	Aquisição		8.000.000	4,53
	Alienação		10.000.000	4,543
23-dez-11	Alienação		4.000.000	4,541
	Aquisição		10.000.000	4,547

Adicionalmente, a PT foi informada de que a Avistar procedeu:

- no dia 19 de dezembro de 2011, à celebração de dois instrumentos financeiros, uma call option e uma put option, relativos a 8.000.000 ações da PT, com maturidade a 9 de janeiro de 2012 e cujo valor é apurado em função do valor de mercado do ativo subjacente.

A PT foi ainda informada de que a Avistar é uma entidade estreitamente relacionada com o administrador não executivo da PT Amílcar de Moraes Pires, porquanto o mesmo desempenha igualmente o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Avistar.

A RS Holding, SGPS, S.A. (“RS Holding”), na qualidade de entidade estreitamente relacionada com os administradores não executivos da PT Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos e Rafael Luís Mora Funes, porquanto os mesmos desempenham igualmente o cargo de administradores da RS Holding, informou a PT de que, em 27 de maio de 2011, foram efetuadas as seguintes transações relativas a ações da PT e a instrumentos financeiros sobre ações da PT pelas sociedades Ongoing – Strategy Investments, SGPS, S.A. (“OSI”), Insight Strategic Investments, SGPS, S.A. (“Insight”) e Nivalis Holding BV (“Nivalis”), todas direta ou indiretamente controladas pela RS Holding:

<i>Entidade</i>	<i>Natureza</i>	<i>Local</i>	<i>Montante (Euro)</i>	<i>Volume Ações ordinárias PT</i>
OSI/Nivalis	Entrada em espécie em aumento de capital da Nivalis	Fora de mercado regulamentado	Não aplicável	22.600.000
Insight/Nivalis	Entrada em espécie em aumento de capital da Nivalis	Fora de mercado regulamentado	Não aplicável	37.804.969
Nivalis	Compra	Fora de mercado regulamentado	257.990.160	29.695.000
Nivalis	<i>Equity Swap</i> com liquidação financeira	Fora de mercado regulamentado	Não aplicável	29.695.000

A Telemar Norte Leste S.A. (“Telemar”), na qualidade de entidade estreitamente relacionada com os administradores não executivos da PT Pedro Jereissati e Otávio Marques de Azevedo, porquanto os mesmos desempenham igualmente o cargo de administradores da Telemar, informou a PT da aquisição por si efetuada no dia 19 de abril de 2011, em operação fora de mercado regulamentado, de 35.860.500 ações da PT, pelo valor unitário de 8,11 euros, podendo este valor ser sujeito a eventuais ajustamentos.



## Relatório e parecer da Comissão de Auditoria





## RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO DE 2011

### 1 – Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade, vem a Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, SA (“Sociedade” ou “PT SGPS”) emitir o seu relatório e dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas Individuais da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e sobre a correspondente proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

As demonstrações financeiras incluídas no Relatório e Contas Individuais referem-se à actividade da Sociedade a nível individual e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, conforme previstos no novo Sistema de Normalização Contabilística. A Sociedade preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia, publicadas em separado.

### 2 – Actividades de fiscalização

No âmbito das suas competências enquanto órgão de fiscalização da Sociedade, em 2011, a Comissão de Auditoria acompanhou a gestão e a evolução dos negócios da Sociedade e o cumprimento das normas legais, regulamentares e contabilísticas aplicáveis e desenvolveu um conjunto de acções de fiscalização quanto à qualidade e integridade do processo de elaboração e divulgação da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da Sociedade.

No exercício de 2011, a Comissão de Auditoria emitiu (a) 13 Pareceres Prévios sobre Propostas de Transacções com Partes Relacionadas, nos termos definidos na Ordem de Serviço n.º 111CA, de 23 de Fevereiro de 2011, bem como (b) 5 outros Pareceres e Deliberações sobre assuntos vários, a solicitação do Presidente do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva, dos quais se

COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa - Portugal  
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107

www.telecom.pt



destacam o parecer relativo à proposta de atribuição de prémios à Comissão Executiva e a deliberação de consentimento ao pagamento de um adiantamento sobre os lucros do exercício.

Ao longo do exercício de 2011, a Comissão reuniu periodicamente com os responsáveis pela preparação do Relatório e Contas Individuais da Sociedade e das contas de subsidiárias relevantes, bem como com os Auditores Externos e o Revisor Oficial de Contas da Sociedade, com quem comentou a adequação dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados no fecho das contas e dos critérios adoptados na elaboração do relatório de gestão. Adicionalmente, a Comissão de Auditoria apreciou os termos da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e do Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, ambos sobre as referidas demonstrações financeiras individuais aprovadas pelo Conselho de Administração, os quais foram emitidos sem quaisquer reservas.

A Comissão de Auditoria exerceu também as suas competências em matéria de supervisão das habilitações, independência e exercício de funções dos Auditores Externos e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade e de supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno e de gestão de riscos e da função de auditoria interna da PT SGPS, tendo esta obtido em 2011 a renovação, pelo IIA, da sua certificação de qualidade.

Relativamente ao sistema de controlo interno, destaca-se a sua certificação em 2011 pelos Auditores Externos da Sociedade, por referência ao exercício de 2010, com base na metodologia definida pelo *COSO (Committee of Sponsoring Organizations)*, em conformidade com os requisitos definidos na *Section 404 do Sarbanes-Oxley Act*, encontrando-se ainda em curso idêntica revisão com referência a 31/12/2011.

Conforme previsto no n.º 5 do Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria verificou, ainda, que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no Artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários que são aplicáveis ao Grupo PT.

As actividades de fiscalização acima descritas serão tratadas mais pormenorizadamente no relatório de actividades da Comissão de Auditoria relativo ao exercício de 2011 divulgado no *website* da Sociedade.

COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa - Portugal  
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107

www.telecom.pt

24/11/11  
X  
107



### 3 - Parecer sobre o relatório e contas individuais relativos ao exercício de 2011 e a correspondente proposta de aplicação de resultados e distribuição de reservas

Em face do exposto, é convicção da Comissão de Auditoria que:

1 - O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais da Portugal Telecom, SGPS, S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as quais compreendem o balanço individual e as demonstrações dos resultados individuais, das alterações no capital próprio individual e dos fluxos de caixa individuais e respectivo anexo às demonstrações financeiras individuais, referentes ao exercício findo naquela data, estão de acordo com os princípios contabilísticos e as disposições legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa individuais da Portugal Telecom, SGPS, S.A., pelo que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral Anual da PT SGPS; e,

2 - A proposta de aplicação de resultados e distribuição de reservas apresentada pelo Conselho de Administração da Sociedade, e incluída no Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, deverá igualmente ser aprovada pela Assembleia Geral Anual da PT SGPS.

Lisboa, 23 de março de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AUDITORIA

(João Manuel de Mello Franco)

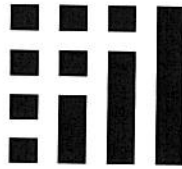
(José Guilherme Xavier de Basto)

OS VOGAIS

(Mário João de Matos Gomes)



## Certificação Legal de Contas



**P. MATOS SILVA,  
GARCIA JR., P. CAIADO  
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa”) do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 10.053.979.621 Euros e um total do capital próprio de 2.728.709.362 Euros, incluindo um resultado líquido de 342.259.821 Euros), as demonstrações dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

Sócios: Pedro Matos Silva, António Pires Caiado, João Paulo Ferreira, Luísa Maria Rebordão

Rua de Olivença, 21 – Edifício Topázio – Sala 407	3000-306 Coimbra	Telf.: 239 836 532	Fax: 239 836 937	E-mail: ms.sroc.co@mail.telepac.pt
Rua Luciano Cordeiro, 113, 6º Esquerdo	1150-214 Lisboa	Telf.: 213 522 176	Fax: 213 521 924	E-mail: ms.sroc.lx@netcabo.pt



P. MATOS SILVA,  
GARCIA JR., P. CAIADO  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

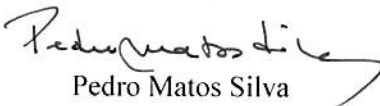
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 23 de Março de 2012

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por

  
Pedro Matos Silva



## Relatório de Auditoria



## RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

### Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de 10.053.979.621 Euros e um capital próprio de 2.728.709.362 Euros (líquido da distribuição de um adiantamento sobre os lucros de 2011 no montante de 184.799.868 Euros), incluindo um resultado líquido de 342.259.821 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



## Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira da Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

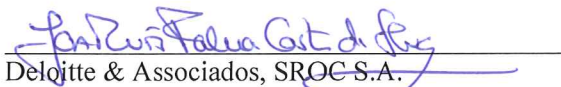
## Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3.4. do anexo, os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa preparou nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para aprovação e publicação em separado.

## Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 23 de Março de 2012

  
Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por João Luís Falua Costa da Silva